

AGR EM FOCO

ANO IV Nº 014 | ABRIL 2026



INTERIORIZAR PARA INCLUIR

Página 8

AGR aprova Planejamento Estratégico para biênio 2026-2027

Páginas 10

Em três meses, AGR realiza 1,1 mil abordagens no transporte de passageiros

Página 20

AGR conquista 1º lugar entre autarquias em maturidade de gestão por processos

Páginas 32

Entrevista: Gestão Integrada: planejamento com foco no interesse público

Regulação econômica | Transporte intermunicipal | Saneamento básico | Energia elétrica | Bens desestatizados

Apresentação

Nesta edição, o destaque é para o trabalho da equipe da Ouvidoria Setorial que, por meio do programa Ouvidoria Itinerante, desempenha papel fundamental no processo de interiorização do atendimento aos usuários dos serviços públicos de saneamento, energia elétrica e transporte intermunicipal de passageiros, levando informações que facilitam o acesso da população a programas sociais como o das tarifas sociais de água e energia e a gratuidade no transporte. Uma forma de reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a universalização desses serviços.

A revista apresenta, também, as principais decisões do Conselho Regulador, destacando-se autorizações para o atendimento de linhas desassistidas, definição do período de transição para as empresas se adequarem ao fim do pagamento de gratuidades pelo Estado, reajuste e revisão da tarifa de uso dos terminais e da tarifa de saneamento, entre outras.

O trabalho desenvolvido pelas equipes de fiscalização do Transporte, no combate aos clandestinos, e de Saneamento, na avaliação de ativos para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, em conjunto com agências municipais, aparece de forma detalhada nesta edição.

Outros destaques são a visita do diretor-presidente da Ager MT, Luiz Alberto Nespolo, e equipe para troca de experiências em diversas áreas; a conquista do primeiro lugar em maturidade da gestão por processos e serviços; e a premiação com Selo Ouro em governança e monitoramento de projetos.

Nossa entrevista é com a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, e o destaque na seção Talentos na Diversidade é a colaboradora Lorena Patrícia de Oliveira.

Boa Leitura!

AGR em Notas

Câmara de Julgamento

O Conselho Regulador aprovou a nova composição da Câmara de Julgamento com base na nova lei da AGR (Lei nº 23.988/2025). Foram designados os servidores Paulo Otoni Ribeiro, coordenador; Paulo Henrique Oliveira Marques, Deusdete Cardoso Belém, Dorivan de Sousa Lima e Lorena Patrícia de Oliveira, como membros; e Terezinha de Jesus Assis Bueno, na função de secretária-executiva. Na ocasião, o presidente Wagner Oliveira Gomes reconheceu o trabalho dos antigos componentes da Câmara que julgaram todo o acervo de processos, destacando, ainda, os serviços prestados pela servidora Adriana Rosaura de Castro Batista que deixou a Câmara em razão da aposentadoria.

Treinamento

Em fevereiro, a AGR realizou treinamento para as equipes das agências municipais de Goiânia (AR) e de Anápolis (ARM), visando os trabalhos conjuntos de validação da Base de Remuneração Regulatória do 3º Ciclo de Revisão Tarifária periódica da Saneago e da subdelegatária BRK. O treinamento, feito na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) e na Superintendência Regional de Operações da Região Metropolitana de Goiânia (Sumeg), foi coordenado pela equipe da Gerência de Saneamento Básico (Gesb).

Ginástica Laboral

A AGR retomou, em março, as atividades de ginástica laboral voltada ao bem-estar e à saúde dos colaboradores. O atendimento é feito por meio de convênio com a Universidade Estadual de Goiás (UEG), com alunos dos cursos de Educação Física e Fisioterapia em fase final de formação. Para a AGR, foi destacado o bolsista Guilherme Barbosa Souza, estudante de Educação Física, que vem desenvolvendo a ginástica laboral às quartas-feiras no período vespertino. A coordenação dessa parceria na AGR é feita pela Gerência de Gestão Institucional (GGI).

Expediente

Governo de Goiás

Governador do Estado de Goiás - Daniel Elias Carvalho Vilela
Secretário de Estado de Administração - Francisco Sérvulo Freire Nogueira

Agência Goiana de Regulação (AGR)

Presidente do Conselho Regulador - Wagner Oliveira Gomes
Conselheiros - Natália Maria Briceño Spadoni, Paulo Tiago Toledo Carvalho e Maria Sílvia de Lima Hatschbach

Conselho Editorial (Portaria AGR 282/2023 - AGR)

Carmen Cruz, Alessandra Francisca dos Santos, Andrea Bonanato Estrela, Breno Pereira da Silva, Hugo de Assis Furtado, Daniela Garcia Fleury e Thiago Nepomuceno Carvalho

Coordenação de Comunicação

Jornalista responsável: Carmen Cruz (RP 1.092/06/89/DF)
Jornalista: Michael Deus
Publicitário: Danilo J. França Araújo
Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Maria Clara Auad Grandsire

Colaboração: Eduardo Henrique da Cunha (Diretoria de Regulação e Fiscalização), Andrea Bonanato (Diretoria de Gestão Integrada), Francisco Vieira de Macedo (Ouvidoria Setorial), Hugo de Assis Furtado (Coordenação de Programas Institucionais), Patrícia Cáceres (Saneamento Básico), Luciana Dutra Martins (Tecnologia da Informação), Jorge Pereira da Silva (Energia), Rafael Barbosa de Carvalho (Regulação Econômica), Idelma Rodrigues (Finanças), Delano Pacheco (Transportes), Allan Palmer (Contabilidade), Daniela Fleury (Secretaria-Geral), Breno Pereira da Silva (Chefia de Gabinete), Gustavo Esteves Kossa (Apoio Administrativo) e Gabriella Queiroz (Bens Desestatizados).

Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR

Av. Goiás, nº 305, Edifício Visconde de Mauá - Setor Central Goiânia (GO).
CEP: 74.005-010

Telefone: (62) 3226 6593 | www.goias.gov.br/agr



Siga a AGR
nas redes

SUMÁRIO

- 4** Interiorizar para incluir
- 5** Conselho julga 340 processos
- 6** AGR amplia atendimento ao cidadão com ações de ouvidoria itinerante
- 8** AGR aprova Planejamento Estratégico para biênio 2026-2027
- 9** Aprovada transição para fim do controle tarifário no transporte intermunicipal
- 10** Em três meses, AGR realiza 1,1 mil abordagens no transporte de passageiros
- 12** Agr aprova atualização da TUT para o ciclo 2026 | Aprovado reajuste periódico do saneamento
- 13** AGR realiza audiências em Jataí e negocia mais de R\$ 104 mil
- 14** AGR recebe visita técnica da Agência de Regulação de Mato Grosso
- 16** Equatorial apresenta à AGR evolução dos indicadores DEC e FEC em 2025
- 17** AGR recebe FGV Energia e SGG para discussão do Plano Estadual de Energia de Goiás 2030 (PEE-GO)
- 18** Ouvidoria implementa novo atendimento pelo WhatsApp
- 19** Novo Protocolo Digital da AGR simplifica abertura de processos
- 20** AGR conquista 1º lugar entre autarquias em maturidade da gestão por processos
- 21** Agência integra lista positiva da ANA por regulamentar normas nacionais de saneamento
- 22** AGR e Agências municipais iniciam validação de investimentos para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária
- 24** AGR poderá contribuir com SGG no Plano Estadual de Cidades Inteligentes
- 25** AGR conquista Selo Ouro em monitoramento de projetos
- 26** Diálogos
- 28** Da Prestação de Contas à Geração de Valor Público para a Sociedade
- 30** AGR acompanha divulgação de inovações da Equatorial Energia Goiás
- 31** Ponte de Cocalinho registra fluxo mensal de 20 mil veículos
- 32** Entrevista: Gestão Integrada: planejamento com foco no interesse público
- 34** Novas regras para o Compliance 2026 | Terminal Padre Pelágio
- 35** Transição de Governo | Cooperação AGR/PRF
- 36** AGR no Goiás Social Mulher | Inauguração da reforma do Terminal Praça A
- 37** AGR reforça parceria com a AGM | Curso de Gestão e Acompanhamento de Contratos de Parceria
- 38** Histórias de vida no Café com o Presidente | Práticas de Ouvidoria
- 39** Alego homenageia participantes do Goiás Social | Dia Internacional da Mulher
- 40** AGR promove debate sobre Saúde Mental e os desafios da era digital
- 42** Cartografias do Sentir: a arte como potência de transformação na gestão pública
- 44** AGR e CRC-GO orientam servidores sobre regras e novidades na declaração de IR
- 45** AGR adere ao Programa de Estágio do Governo de Goiás com a PUC-GO
- 46** AGR na Mídia

Interiorizar para incluir

Em um estado com 246 municípios e realidades socioeconômicas muito distintas, levar os serviços de regulação a todos os cantos é um desafio cotidiano. A Agência Goiana de Regulação (AGR) tem enfrentado essa tarefa com a convicção de que não se pode esperar apenas que o cidadão venha até o órgão, mas é preciso ir até o cidadão. A Ouvidoria Itinerante nasceu dessa percepção e se consolidou como um instrumento de aproximação real entre a população do interior e os direitos que muitas vezes ficam distantes, por falta de informação acessível.

Os relatos de atendimento são importantes, mas o que realmente dá sentido ao trabalho é a transformação que ocorre quando uma pessoa descobre que tem direito à tarifa social de água ou de energia, ou que pode viajar gratuitamente no transporte intermunicipal. Esses benefícios existem na lei e permanecem desconhecidos para parte da população que vive em áreas rurais ou em pequenos municípios, longe dos grandes centros urbanos. A van da AGR Móvel percorre estradas, participando de eventos sociais para preencher essa lacuna. O programa representa uma política de inclusão.

A interiorização dos serviços prestados pela AGR beneficia os usuários finais e alcança também os operadores dos sistemas regulados, as prefeituras e os órgãos públicos que atuam na ponta, prestando serviços de saneamento, transporte e energia, entre outros. A presença da Ouvidoria em cada município visitado permite que todos os atores envolvidos – cidadãos, prestadores de serviço e poder público municipal – compreendam melhor seus papéis e direitos.

Há um aspecto silencioso e decisivo nesse trabalho que é o contato direto com quem tem dificuldade de acessar plataformas digitais. Em um momento em que grande parte dos serviços públicos migra para aplicativos e sites, parcelas significativas da população goiana – especialmente pessoas idosas, moradores de zonas rurais e comunidades mais isoladas – ficam excluídas. O atendimento presencial, com uma equipe treinada e disposta a explicar cada passo, restabelece o equilíbrio. A ideia é garantir que ninguém fique para trás na transição digital.

A redução das desigualdades sociais passa pelo acesso à informação. De nada adianta existir uma política pública inclusiva se quem precisa dela não sabe como solicitá-la. A Ouvidoria Itinerante transforma conhecimento em ação. Cada visita a um município, cada conversa em uma rádio local, cada reunião com lideranças comunitárias multiplica o alcance das políticas sociais e fortalece a cidadania. O cidadão que entende como reclamar, como pedir informação ou como acessar um benefício deixa de ser um espectador passivo e passa a exercer direitos de forma plena.

Outro ganho relevante é a aproximação com as prefeituras e os operadores locais. Em algumas cidades, o serviço de saneamento é prestado diretamente pelo município, e o transporte de estudantes, pacientes para tratamento e trabalhadores para municípios vizinhos requer junto à agência reguladora. A Ouvidoria atua como ponte, orientando e esclarecendo as autoridades locais e, quando necessário, acionando as áreas técnicas da Agência. Essa articulação evita que problemas simples se transformem em sistêmicos e que o cidadão fique desassistido por falta de atendimento.

A interiorização dos serviços da AGR é uma decisão estratégica de gestão pública. Ao chegar a todas as regiões do estado, a Agência contribui para a universalidade do acesso e a qualidade dos serviços regulados. Cada município visitado, cada quilômetro percorrido, cada pessoa atendida representa um passo na direção de um estado mais justo, onde a distância geográfica não seja obstáculo para inclusão. O caminho percorrido até aqui mostra que a presença física, o olho no olho e a escuta atenta continuam sendo ferramentas poderosas de transformação social. Em Goiás, a AGR tem optado por esse caminho de forma consistente. Nosso propósito é fortalecer cada dia mais esse trabalho, levando a informação de direito a todos os cidadãos goianos.

Wagner Oliveira Gomes

Presidente da AGR

“A redução das desigualdades sociais passa pelo acesso à informação. De nada adianta existir uma política pública inclusiva se quem precisa dela não sabe como solicitá-la.”

Conselho julga 340 processos

Mais de 40 solicitações de empresas do transporte intermunicipal foram aprovadas para o atendimento de linhas de ônibus que estavam precárias ou sem funcionamento em várias regiões

O Conselho Regulador da AGR julgou, no primeiro trimestre de 2026, um total de 340 processos distribuídos em oito sessões ordinárias e duas extraordinárias. Dentre as principais decisões, esteve a aprovação das minutas dos editais de Chamamentos Públicos 01 e 02, que, juntos, disponibilizaram 212 rotas para empresas interessadas em investir no sistema de transporte intermunicipal de passageiros no estado de Goiás. Também foram destaques 25 Resoluções Normativas, incluindo 16 que outorgaram autorizações a 10 empresas para operarem em 18 linhas desassistidas.

As demais resoluções trataram da aprovação de nova composição da Câmara de Julgamento; da definição das atribuições da estrutura complementar nas várias unidades da AGR; dos novos valores para a tarifa de utilização dos terminais (TUT); e do período de transição para o fim do pagamento das gratuidades pelo Estado às empresas que operam o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. Duas resoluções normativas conjuntas entre a AGR e as agências municipais de Goiânia (AR), Anápolis (Anápolis) e Rio Verde (Amae) estabeleceram novo layout para as contas de água e esgotos.

Dos 340 processos julgados pelo Colegiado, 246 foram resultantes de autos de infração no transporte de passageiros e 43 relativos aos chamamentos públicos. Os conselheiros conseguiram julgar 77,65% dos processos dentro da meta estabelecida de 45 dias de tramitação, ficando 22,35% fora do prazo por depender de decisões que extrapolam as atribuições do Conselho Regulador.

Autorizações

Em janeiro, foi aprovada a outorga de autorização para a empresa José Carlos Oliveira Transportes Brasil Ltda. explorar a linha que liga Rio Verde a Aragarças, via Montividiu e Caiapônia. Em fevereiro, a empresa obteve autorização para operar o trecho entre Rio Verde e Aragarças, passando por Montividiu e Iporá, e a linha de Goiânia a Aragarças, via Iporá e Piranhas.

A Expresso União Ltda, foi autorizada a operar a linha Goiânia a Caldas Novas, via BR-153 e Morrinhos, além do trecho Goiânia a Caldas Novas, passando pela BR-153 e por Piracanjuba. Para o mesmo trecho, via BR-153 e Piracanjuba, o Conselho Regulador habilitou também a

Foto: AGR



5ª Sessão Ordinária do Conselho Regulador da AGR

Expresso Marly e a Real Expresso Ltda., que também teve autorização para explorar a linha que liga Goiânia a Itajá, passando por Rio Verde e Caçu, linha também autorizada para a empresa Nobre Transporte e Turismo Ltda.

O Conselho aprovou, também, outorga de autorização para a empresa Evolução Transportes e Turismo Ltda. para operar o trecho entre Porangatu e Mata Azul, via Santa Tereza de Goiás; enquanto a empresa Jotamar Comércio de Peças e Transportes Rodoviários Ltda. foi autorizada a atender a linha Goiânia – Aragarças, via Iporá e Piranhas. Já a Bruno Transporte e Turismo Ltda. obteve autorização para fazer este mesmo trecho, além de operar entre Aragarças e Baliza, passando por Bom Jardim de Goiás.

A Viação Ouro Preto Ltda. solicitou e foi autorizada pelo Conselho Regulador a explorar a linha que liga as cidades de Corumbá de Goiás a Cocalzinho; e a Fly Transportes recebeu autorização para operar o trecho entre a capital e a cidade de Varjão, passando pela BR-060. O Conselho aprovou também outorga de autorização para a empresa Bruno Tur Transporte e Turismo Ltda. atender a linha de Goiânia a Cristalina, via Anápolis e Novo Gama, e a linha de Goiânia a Iporá, via GO-060.

Na região do Entorno do Distrito Federal, a empresa União Transporte Brasília Ltda. (UTB) obteve autorização para operar as seguintes linhas: Novo Gama à Cidade Ocidental, via BR-040, DR-290 e ABC; Novo Gama a Valparaíso de Goiás I, via BR-040 e DF-290; e Valparaíso de Goiás II à Cidade Ocidental, via BR-040, GO-521 e ABC.

Fotos: AGR



Na AGR Móvel ou nos balcões do programa Goiás Social, a AGR chega em todas as regiões

AGR amplia atendimento ao cidadão com ações de ouvidoria itinerante

No trimestre, foram 788 atendimentos no programa AGR Móvel, com visitas a vários municípios no interior do estado, durante eventos sociais e por iniciativa da própria Agência

A Agência Goiana de Regulação (AGR) vem ampliando cada vez mais o alcance de suas ações e a escuta direta aos usuários dos serviços públicos regulados nas diferentes regiões do estado, com a incursão das equipes da Ouvidoria Setorial pelo interior, levando informações sobre o acesso a programas sociais nas áreas de saneamento básico, energia e transporte intermunicipal de passageiros. De janeiro a março deste ano, os atendimentos nas diferentes cidades somaram 788 atendimentos analisados, em 19 eventos sociais.

O programa Ouvidoria Itinerante possibilita o diálogo da AGR com comunidades distantes e, não raro, sem acesso a benefícios como os da tarifa social de água, que em Goiás é o Água Social, tarifa social de energia e gratuidades para pessoas idosas e com deficiência no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. As constantes visitas aos municípios permitem tirar dúvidas e explicar à população o passo a passo para acessar essas políticas sociais. As equipes também visitam os órgãos públicos e as emissoras de rádio e TV locais. De janeiro a março, elas concederam quatro entrevistas a veículos de comunicação.

Segundo o ouvidor Setorial, Francisco Vieira de Macedo, em eventos como o Goiás Social Mulher, instalado na Praça Cívica e também em Aparecida de

Goiânia, “foi gratificante explicar às mães de pessoas com autismo que seus filhos têm direito ao benefício do passe livre da pessoa com deficiência, que garante a gratuidade no transporte intermunicipal, inclusive com direito a passagem de um acompanhante, quando atendidos os critérios previstos”. Para ele, as visitas mostram que essas informações, muitas vezes, não chegam com clareza a quem mais precisa delas.

Só neste ano, a Ouvidoria da AGR visitou bairros de Goiânia e esteve nos municípios de Alvorada do Norte, Trindade, Aparecida de Goiânia, Goianésia, Goianira, Goiatuba, Iaciara, Indiara, Jataí, Senador Canelo, Campos Belos, Crixás, Nova Crixás, São Miguel do Araguaia, Aruanã, Mozarlândia, Acreúna, Posse, Cidade Ocidental, Uruaçu, Porangatu e Rubiataba. As visitas se deram no contexto dos programas sociais Goiás Social, Goiás Social Mulher, Agro é Social e Deputados Aqui e de cronograma próprio da AGR.

Além dessas atividades, a Ouvidoria Setorial participou, no dia 24 de fevereiro, de reunião do programa Goiás Alerta e Solidário, convocada pelo Gabinete de Políticas Sociais, da Governadoria, em conjunto com a Defesa Civil, com o objetivo de definir as contribuições que cada órgão daria para minimizar os efeitos das chu-



De julho de 2024 a março de 2026, a AGR Móvel já esteve em 73 eventos em 64 cidades

vas que atingiram o município de Jussara. Na localidade, os alagamentos impactaram mais de 150 residências, deixando cerca de 500 pessoas desalojadas. Nesse programa, a AGR atua identificando riscos à continuidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia, fazendo a intermediação junto aos concessionários dos serviços.

Esse trabalho de Ouvidoria Itinerante da AGR já contemplou, desde 2024, com a AGR Móvel, 73

eventos em 64 cidades, totalizando 3.144 atendimentos, tendo sido 23 eventos com 252 atendimentos em 2024; 31 eventos e 2.104 atendimentos em 2025; além dos atendimentos deste ano. Desde o início do programa, as equipes percorreram 48 mil quilômetros. “A disposição de chegar até onde o cidadão está não diminuiu; continuamos levando os serviços da agência reguladora à população em todas as localidades”, afirmou o ouvidor setorial.

Tempo de resposta reduz para 5,6 dias

No primeiro trimestre de 2026, a Ouvidoria Setorial da AGR analisou 417 manifestações de usuários, com tempo médio de resposta de 5,6 dias, bem abaixo dos 20 dias estipulados pela legislação vigente. O prazo também é inferior à média obtida pelos órgãos da administração pública estadual em Goiás e ao tempo médio de resposta da AGR no mesmo período do ano passado, que foi de 7,7 dias.

Isso foi possível porque no período, a AGR modernizou o atendimento no canal de WhatsApp, por onde as dúvidas mais frequentes sobre tarifa social, direitos dos usuários e forma correta de registrar uma reclamação passaram a ser respondidas diretamente pelo canal, com orientações já programadas. Reclamações e situações que precisaram de análise seguiram para as áreas específicas, e o resultado foi mais agilidade para quem perguntou e mais foco para quem estava no atendimento.

Os temas que mais chegaram à Ouvidoria foram saneamento básico/água, com 221 registros, e transporte intermunicipal de passageiros, com 121 registros, dois se-

tores que impactam diretamente a vida de quem depende de serviços públicos no dia a dia. Das 417 manifestações, 374 foram reclamações, 31 de acesso à informação (LAI), 10 solicitações, 1 denúncia e 1 sugestão. Os indicadores de satisfação registraram 70% de resolatividade e nota média de recomendação de 7,1, que referenciam e orientam o trabalho da equipe, apontando onde melhorar e confirmando o que melhor funciona na ouvidoria.

No período, a Ouvidoria Setorial realizou, ainda, 36 audiências de mediações em Jataí, no mês de fevereiro, com usuários do serviço de esgotamento sanitário e a BRK Ambiental, com a recuperação de R\$ 105 mil em receita para a empresa e evitando a interrupção dos serviços a 12 usuários naquele município.

“A Ouvidoria Setorial da AGR existe para transformar manifestação em ação; e esse trimestre mostrou, mais uma vez, que o caminho mais curto entre a Agência e o cidadão é o da presença, seja numa van rodando o interior de Goiás, seja numa mensagem de WhatsApp respondida antes que a dúvida vire reclamação”, acentua Francisco Vieira de Macedo.

AGR aprova Planejamento Estratégico para biênio 2026-2027

Aprovado pelo Conselho Regulador, plano estabelece metas integradas de fiscalização, transparência e compliance

A Agência Goiana de Regulação (AGR) aprovou a revisão do Planejamento Estratégico da autarquia para o biênio 2026-2027. O documento consolida as diretrizes para a regulação e fiscalização de setores essenciais, como saneamento básico, transporte e energia, visando garantir que os serviços delegados ocorram em conformidade com as normas e com foco na eficiência para o cidadão.

A aprovação do novo ciclo foi formalizada em 24 de março, durante a 7ª Sessão Ordinária do Conselho Regulador, que acompanhou por unanimidade o voto da conselheira relatora, Maria Sílvia de Lima Hatschbach. Em seu parecer, a relatora destacou que a construção colaborativa do documento “fortalece o senso de pertencimento dos servidores, amplia a legitimidade das decisões estratégicas e contribui para maior efetividade na implementação das ações planejadas”.

O planejamento para o novo biênio também considerou o desempenho institucional prévio. Segundo o relatório, em 2025, 22 dos 26 indicadores monitorados tiveram desempenho igual ou superior a 80% das metas, com destaque para a autonomia financeira da agência, que alcançou 95,59%. Com base nos dados, a conselheira concluiu que o plano é “compatível com os princípios da transparência, eficiência, eficácia e efetividade que regem a Administração Pública”.

Integração e viabilidade operacional

Para o coordenador de Planejamento Institucional, Hugo de Assis Furtado, o planejamento é a ferramenta prática que evita a fragmentação do trabalho. “Se não tem um planejamento, pode ser que o serviço seja feito. Mas qual a meta? Qual a interligação disso com outras áreas?”, questiona o coordenador. Segundo Hugo, a integração é vital para ações que exigem logística complexa, como fiscalizações de campo. “O planejamento estratégico faz essa conversa entre as áreas técnica, financeira e contábil acontecer de maneira mais fácil e direta”, explica.

Novos indicadores e inovação

Em resposta aos desafios mapeados para 2026, o novo plano introduz métricas para a melhoria contínua da agência. Na Ouvidoria, além do tempo de resposta geral, um novo indicador foca especificamente no prazo das solicitações via Lei de Acesso à Informação (LAI). Na Comunicação, os indicadores foram revisados para medir o alcance e a replicação de conteúdos institucionais pelos veículos de comunicação.

O documento também estimula uma cultura de inovação interna. De acordo com o coordenador Hugo Furtado, a modernização inclui a adoção de painéis digitais e novos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para reduzir retrabalho. “Para o serviço público, é a certeza de que o serviço será executado seguindo as normas do Estado e com excelência”, conclui.

Eixos e indicadores

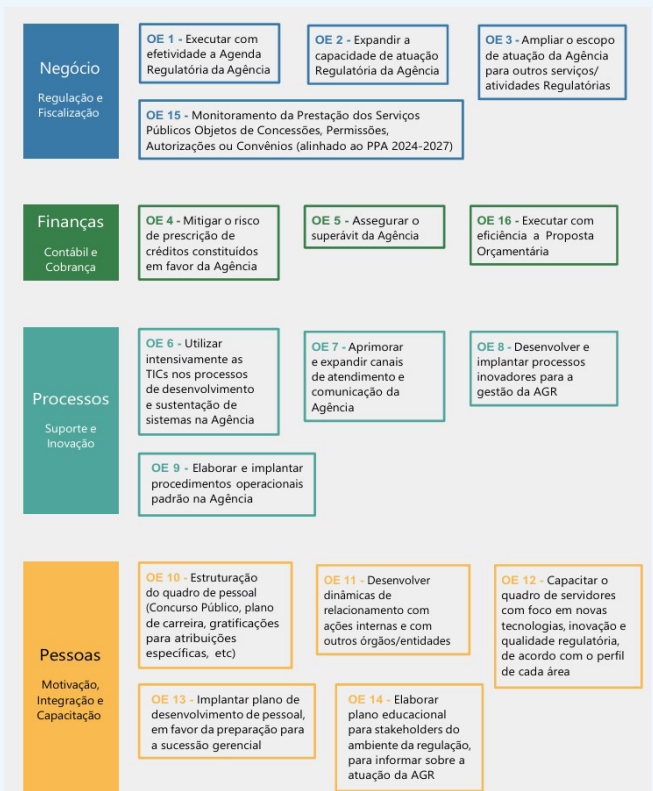


Foto: Site AGR

Aprovada transição para fim do controle tarifário no transporte intermunicipal

Medida cumpre decisão judicial em Ação Direta de Inconstitucionalidade e prevê três meses para que as operadoras se adequem às novas regras para a concessão de gratuidades sem comprometer a modicidade da tarifa

Foto: AGR



A relatora do processo, conselheira Maria Sílvia de Lima Hatschbach, na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Regulador

A Agência Goiana de Regulação (AGR), por meio do Conselho Regulador, aprovou, em 26 de março, na sua segunda reunião extraordinária do ano, minuta de resolução normativa que disciplina o cumprimento de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que impôs à administração pública a adoção de medidas que assegurem a adequada transição do modelo vigente do transporte intermunicipal,

a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro. A minuta estabelece prazo de transição até 30 de junho próximo para o encerramento do controle tarifário e do pagamento de gratuidades pelo Estado de Goiás.

Dessa forma, as empresas que operam o sistema de transporte regular de passageiros em Goiás terão três meses para se adequarem ao novo modelo. Nesse período de transição, a AGR manterá o controle tarifário, possibilitando que o Estado continue exercendo as obrigações impostas pelo Decreto nº 10.769/2025, no que se refere ao custeio das gratuidades; bem como a definição de diretrizes que assegurem a adequada implementação da modicidade tarifária nas linhas, considerando os impactos decorrentes da futura supressão de obrigação de pagamento das gratuidades e do controle tarifário, ao término da transição.

Conforme fundamentação da relatora, conselheira Maria Sílvia de Lima Hatschbach, a referida minuta resguarda o interesse público e a modicidade tarifária em linhas não abertas minimamente à livre competição e dá o tempo necessário para a realização de chamamentos públicos para todas as linhas, o que já está sendo feito pela AGR, com os editais de chamamentos públicos 01 e 02 deste ano.

Ela também observa que o princípio da modicidade tarifária continua a orientar a atuação regulatória. O seu voto teve como base a decisão do TJGO, determinações do Ministério Público, parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e parecer da Procuradoria Setorial da AGR.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, observou que o fato de cessar o controle tarifário em 30 de junho não significa que as empresas podem alterar tarifas sem submeter essa alteração à AGR com a antecedência mínima de 15 dias da data em que propõe começar a vigorar.

As sessões do Conselho Regulador são abertas ao público, gravadas e disponibilizadas no site goias.gov.br/agr/conselhoregulador ou no canal @agrgoias no YouTube.

Em três meses, AGR realiza 1,1 mil abordagens no transporte de passageiros

Ações integradas em 65 municípios resultaram em 260 autuações e no reforço do combate ao transporte irregular com apoio de forças policiais e inteligência tecnológica

A Agência Goiana de Regulação (AGR) consolidou o balanço das atividades de fiscalização no setor de transportes referente ao primeiro trimestre de 2026. Entre os meses de janeiro e março, as equipes de campo realizaram um total de 1.171 abordagens a veículos que fazem o transporte intermunicipal de passageiros em todo o estado. O trabalho alcançou 65 municípios goianos no período, para garantir o cumprimento das normas de segurança e a qualidade do serviço prestado aos usuários.

A capital, Goiânia, concentrou o maior volume de atividades com 560 abordagens, seguida por polos de grande fluxo como Caldas Novas (72), Anápolis (48), Senador Canedo (40), Rio Verde (37) e Iporá (32). Esse monitoramento geográfico estratégico é essencial para cobrir as principais rotas de escoamento e destinos turísticos de Goiás. Segundo a coordenadora de Fiscalização de Transportes da AGR, Cristina da Rocha Zanin, os números refletem um trabalho rigoroso: “Durante o primeiro trimestre de 2026, fizemos a fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros em 65 cidades do estado, o que resultou na realização de 1.171 abordagens e 260 autos de infração lavrados”.

A atuação da AGR divide-se entre a fiscalização do transporte regular e o combate incisivo ao transporte clandestino. Enquanto a fiscalização regular busca assegurar que as empresas concessionárias cumpram horários e padrões de manutenção, o combate ao irregular visa retirar de circulação veículos que operam sem qualquer amparo legal ou vistorias técnicas. Sobre esse último ponto, a coordenadora destaca a severidade das medidas adotadas: “Desses autos de infração, 53 foram lavrados por transporte irregular, resultando na remoção de 34 veículos a pátio credenciado”, ressaltou Cristina Zanin.

Para garantir a efetividade das ações, a AGR mantém parcerias constantes com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Além da fiscalização, essas colaborações permitem ações de cunho social e educativo. Um exemplo foi a operação realizada no dia 06 de março na Rodoviária de Goiânia, denominada “Rosas de Aço”, em alusão ao Dia da Mulher. Na ocasião, as equipes abordaram veículos do transporte regular para conscientizar os usuários sobre o crime de importunação sexual e orientar passageiras sobre como realizar denúncias.

Fotos: AGR



AGR intensifica fiscalização para coibir ação de clandestinos

Respostas a usuários

O controle social também desempenha um papel fundamental no direcionamento das operações de campo. No primeiro trimestre, a Gerência de Transportes tratou e respondeu a 89 manifestações registradas na Ouvidoria Setorial. A participação do cidadão é vista como um multiplicador da capacidade de fiscalização da Agência. “A participação popular é de extrema importância pois, com equipes mais enxutas, as informações recebidas orientam as nossas ações e nos permitem dialogar e esclarecer questões diretamente com o público”, explica a coordenadora.

A base legal para as autuações realizadas no período é composta por resoluções específicas que atendem às diferentes modalidades de transporte. Das 260 autuações efetuadas, a maior parte (147 registros) fundamentou-se na Resolução Normativa nº 219/2023-CR. Esta norma é voltada à aplicação de penalidades para as empresas que operam linhas regulares, por não cumprirem obrigações como cumprimento de horários, uso de veículos devidamente registrados ou por interrupções de linhas sem a prévia autorização da Agência.

Outras 60 infrações foram tipificadas conforme a Resolução Normativa 105/2017-CR, que rege a aplicação de penalidades em serviços que operam sob regime de fretamento. Nesse caso, as autuações ocorrem principalmente pela falta de licença de viagem ou pela ausência de registro dos veículos na AGR. Adicionalmente, 53 autos seguiram os critérios da Lei 18.673/2014, que prevê sanções diretas ao transporte irregular de passageiros, reforçando o cerco contra aqueles que operam à margem da regulação estadual.

Por fim, a AGR avança na modernização de suas atividades internas com o uso de tecnologia de ponta. Em 26 de fevereiro de 2026, foi instituída a Coordenação de Inteligência de Transportes por meio da Resolução Normativa nº 345/2026 CR. A iniciativa busca integrar dados de monitoramento e análise de risco para tornar a fiscalização mais precisa. “A criação desta coordenação é uma contribuição definitiva para que possamos avançar nessa seara em que o uso de ferramentas de inteligência é essencial e sem volta atualmente”, conclui Cristina Zanin.

No Carnaval, 51 condutores foram autuados

Durante o feriado prolongado de Carnaval, as equipes de fiscalização autuaram 51 condutores de veículos que apresentavam irregularidades. Os fiscais estiveram em rodovias de todas as regiões do estado e nos terminais rodoviários da capital e do interior, com foco especial nos municípios de grande movimentação turística.

Segundo o coordenador de Inteligência Fiscalizatória da Gerência de Transportes da AGR, Pedro Quermes, o trabalho deste ano contou com um reforço educativo no início do feriado. Em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), e apoio da PMGO, os fiscais promoveram ações de conscientização sobre a proteção da criança e do adolescente, divulgando o Disque 100 para denúncias. A abordagem também incluiu orientações intensivas aos passageiros sobre o uso obrigatório do cinto de segurança.

“A operação foi voltada principalmente para a segurança dos foliões, seja no transporte regular, em fretamentos ou excursões turísticas”, disse Pedro Quermes. De acordo com ele, nos terminais e nas rotas para o interior, os agentes verificaram de forma rigorosa a documentação e as condições dos veículos. “O transporte clandestino foi combatido de forma incisiva, resultando em números expressivos de autuações e remoções ao pátio; isso é reflexo direto do planejamento e das ações coordenadas da nossa equipe de fiscalização”, destacou o coordenador.

Nas frentes de trabalho conduzidas exclusivamente pelos fiscais da Agência Goiana de Regulação com apoio da PMGO, foram realizadas 159 abordagens. A ação resultou em 38 autos de infração. Desse total, 9 veículos precisaram ser removidos aos pátios públicos credenciados por apresentarem irregularidades cadastrais junto à autarquia.

O feriado de Carnaval também incluiu uma operação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Essa parceria resultou em 35 abordagens e em 13 autos de infração, com remoção de 6 veículos que operavam de forma irregular.



Trabalho da AGR neste ano contou com a parceria da PRF, ANTT e PMGO

AGR aprova atualização da TUT para o ciclo 2026

Medida visa o equilíbrio econômico-financeiro e a manutenção dos padrões de qualidade na infraestrutura dos terminais rodoviários em todo o estado

A Agência Goiana de Regulação (AGR) aprovou na terça-feira (24/03), durante a 7ª Sessão Ordinária do Conselho Regulador, a atualização anual da Tarifa de Utilização dos Terminais Rodoviários de Passageiros (TUT). Para a decisão, os conselheiros levaram em conta a data-base em março de 2026 para a atualização, cumprindo, assim, as diretrizes regulatórias para a gestão e a operação dos bens desestatizados no estado.

A TUT é o recurso destinado exclusivamente ao custeio da operação, manutenção da infraestrutura e investimentos em segurança e conforto nos terminais, conforme previsto na Resolução Normativa nº 0018/2014. O reajuste tarifário é o instrumento legal que visa o equilíbrio econômico-financeiro, permitindo que as unidades operem em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela regulação estadual. Nesta atualização, o índice de reajuste resultou negativo, -1,11%, conforme variação do IGP-DI do período.

O processo de cálculo do reajuste envolve a atuação integrada das áreas técnicas da AGR. A Gerência de Bens Desestatizados é responsável por analisar as prestações de contas das administradoras dos terminais, verificando a regularidade das informações operacionais, contábeis e econômicas enviadas ao órgão regulador. Essas análises subsidiam a Gerência de Regulação Econômica, que realiza os estudos técnicos para a definição do índice aplicado.

Para a gerente de Bens Desestatizados da AGR, Gabriella Queiroz Brito, a atualização é fundamental para a viabilidade do sistema. “A gestão técnica atua para que cada terminal, dentro de sua classificação, receba os aportes necessários para a prestação do serviço. O reajuste é aplicado de forma uniforme, respeitando os critérios técnicos estabelecidos na regulamentação vigente e visando a manutenção contínua das instalações”, disse.

Aprovado reajuste periódico do saneamento

Em janeiro, o Conselho Regulador da AGR aprovou o reajuste tarifário da Saneago e BRK Ambiental, para o exercício 2026. O reajuste aprovado corresponde a um aumento de 4,845% nas tarifas de água e esgoto, para vigorar a partir de abril, seguindo cronograma estabelecido pelo órgão regulador. O índice aplicado tem como base a necessidade de recomposição dos custos operacionais da companhia e a garantia da continuidade dos investimentos em infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios atendidos pelas prestadoras.

De acordo com Nota Técnica Conjunta 01/2026, da AGR com a Agência de Regulação de Goiânia (AR),

a Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico de Rio Verde (Amae) e a Agência de Regulação do Município de Anápolis (ARM), após a análise de toda a documentação que instruiu o processo e a realização de cálculos do Índice de Reajuste Tarifário (IRT), conforme a legislação, as áreas técnicas das agências sugeriram a aprovação do reajuste aos seus colegiados.

Ao fundamentar seu voto, a relatora do processo, conselheira Natália Maria Briceño Spadoni, observou que o reajuste é um procedimento periódico para a atualização dos valores cobrados dos usuários, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, bem como a continuidade e a qualidade do serviço prestado.

AGR realiza audiências em Jataí e negocia mais de R\$ 104 mil

Com base na Resolução Normativa 087/2017, autarquia atua de forma imparcial para conciliar interesses entre usuários e concessionária BRK Ambiental, evitando cortes de serviços de esgotos, protegendo a saúde pública

Em fevereiro, a Agência Goiana de Regulação (AGR) concluiu uma rodada de audiências de mediação entre usuários e a prestadora dos serviços de esgotamento sanitário no município de Jataí. A iniciativa resultou na celebração de 12 acordos, garantindo a renegociação de R\$ 104.742 em débitos dos consumidores junto à concessionária BRK Ambiental.

O procedimento tem como fundamento a Resolução Normativa 087/2017. A norma estabelece que, antes de efetuar o corte do serviço por inadimplência, a concessionária deve solicitar as sessões de mediação. Nesse cenário, a agência atua como um terceiro imparcial para auxiliar os envolvidos a chegarem a um consenso.

As audiências em Jataí foram conduzidas pelo ouvidor setorial da AGR, Francisco Vieira de Macedo, que atuou como mediador, com o suporte remoto de Lorena Patrícia de Oliveira, representante da Gerência de Saneamento Básico. Pela concessionária BRK Ambiental, participaram a analista comercial Jéssica Vieira Paula de Aruda e a assistente comercial Cristiani Freitas. O processo administrativo tem como princípio a boa-fé e a disponibilidade amigável das partes.

Segundo o mediador das sessões, Francisco Vieira de Macedo, a intenção é alcançar um resultado favorável para todos. “Interferimos na mediação para que as duas partes tentem chegar a um acordo do ganha-ganha. A BRK recebe e o usuário consegue uma forma de pagamento mais vantajosa”, explica.

Para se enquadrar na mediação, o consumidor deve possuir no mínimo seis meses de débitos não pagos ou consumo equivalente a 500 m³ de esgoto. Durante a força-tarefa em Jataí, das 40 cartas-convite emitidas aos usuários listados, quatro consumidores regularizaram a situação com a prestadora antes mesmo da realização das audiências. Nas 36 sessões efetivadas, os acordos firmados contaram com condições facilitadas, como parcelamento em até 200 vezes, entrada de até 10% do valor total da dívida e descontos de juros e multas.

Além da regularização financeira, a atuação da AGR tem foco na proteção ambiental e sanitária. Ao viabilizar alternativas para evitar a suspensão do esgotamento sanitário, a agência previne o descarte inadequado e a construção de fossas sépticas ilegais. O ouvidor explica que a autarquia enxerga a interrupção do serviço como um risco direto à saúde pública e à do próprio morador. “Afim de contas, ele vai continuar produzindo o esgoto, e onde ele vai ser lançado? Provavelmente ele vai criar uma fossa séptica lá na casa dele, o que é ilegal e prejudica o meio ambiente”, alerta Francisco.

Nos casos em que o usuário não concorda com o valor ou não aceita a proposta — o que resultou em desistência em 24 atendimentos em Jataí —, é lavrada uma ata de não negociação, e a BRK recebe a autorização da agência reguladora para efetuar o corte. Contudo, por força de resolução da AGR, a concessionária ainda precisa aguardar um prazo de 90 dias antes de interromper definitivamente o serviço.

Foto: AGR



O ouvidor setorial da AGR, Francisco Vieira de Macedo, (à direita), nas negociações em Jataí

AGR recebe visita técnica da Agência de Regulação de Mato Grosso

Encontro realizado no fim de janeiro promoveu a troca de experiências entre as agências reguladoras, com destaque para a gestão de microrregiões de saneamento e os resultados operacionais de Goiás

A Agência Goiana de Regulação (AGR) recebeu, no dia 28 de janeiro, representantes da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso (Ager-MT) para uma agenda técnica focada na troca de experiências e métodos de gestão. A visita teve como pauta central o funcionamento da regulação compartilhada do saneamento, modelo adotado em Goiás e que integra Estado e municípios na fiscalização e normatização dos serviços de saneamento básico.

A programação teve início pela manhã com uma exposição institucional conduzida pelo presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes. Na apresentação, foram detalhados a trajetória da autarquia e os indicadores de desempenho da atual gestão. Entre os pontos tratados, estavam a evolução na fiscalização do transporte regular de passageiros, a implementação de novas tecnologias de fiscalização e o superávit orçamentário registrado no exercício de 2024.

No período da tarde, as atividades se concentraram na apresentação técnica do modelo de Regulação Compartilhada. O diretor de Regulação e Fiscalização da AGR, Eduardo Henrique da Cunha, explicou o funcionamento das microrregiões de saneamento e a metodologia utilizada nos processos de revisão tarifária. A discussão contou com a participação de representantes das agências reguladoras municipais de Goiânia (AR) e de Anápolis (ARM), evidenciando a aplicação prática da atuação conjunta entre os órgãos estaduais e municipais.

Harmonia na Regulação

Para o diretor-presidente da Ager-MT, Luis Alberto Nespolo, o contato direto com as práticas adotadas em Goiás contribui para a eficiência administrativa. “A regulação compartilhada realizada junto com as agências municipais serve de inspiração. Na Ager, também trabalhamos nessa direção e buscamos absorver experiências

Fotos: AGR



Delegação da Ager MT é recepcionada pelo presidente Wagner Oliveira Gomes, diretores e gerentes de áreas



para não ‘reinventar a roda’. É um exemplo de busca pela harmonia na regulação, condição necessária para que as políticas públicas sejam perenes e alcancem a universalização do saneamento básico no Brasil”, avaliou.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, destacou que a cooperação entre as agências permite aprimorar processos internos e evitar o isolamento institucional. “É fundamental que o ambiente da regulação promova esse espírito de colaboração. Assim como buscamos referências quando visitamos a Ager-MT, agora compartilhamos nossas vivências. Essa troca de informações impede que a gestão fique fechada em si mesma e favorece o desenvolvimento técnico das equipes”, afirmou.

A visita técnica mobilizou gestores das duas agências estaduais e de órgãos municipais. Pela AGR, participaram da recepção a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, o chefe de Gabinete, Breno Pereira da Silva, e o assessor especial da presidência, Thiago Nepomuceno Carvalho. As reuniões contaram ainda com os gerentes Patrícia Silva Caceres (Saneamento), Delano Pá-

Em várias reuniões, visitantes puderam conhecer detalhes da regulação tarifária, do saneamento, transporte e energia

dua Pacheco (Transportes), Rafael Barbosa de Carvalho (Regulação Econômica), Gustavo Esteves Kossa (Apoio Administrativo) e Jorge Pereira da Silva (Energia).

A comitiva da Ager-MT foi composta, além do presidente Luis Alberto Nespolo, pelo regulador de Ouvidoria e Saneamento, Jossy Soares, e pelo assessor técnico Maurício Lobo Junior. Representando a regulação municipal, estiveram na AGR o diretor de Regulação da AR de Goiânia, Severiano Junior, em nome do presidente Hudson Novais, e o presidente da Agência Reguladora de Anápolis, Paulo Vitor Marques.

Equatorial apresenta à AGR evolução dos indicadores DEC e FEC em 2025

Resultados mostram que empresa cumpriu as metas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela AGR para aquele ano

Foto: AGR



Reunião com a Equatorial Energia Goiás e a FGV Energia no auditório do edifício-sede da AGR

A Agência Goiana de Regulação (AGR) realizou, no dia 11 de fevereiro, reunião com dirigentes da Equatorial Energia Goiás, para a apresentação dos resultados alcançados pela empresa em 2025 na execução do Plano de Resultados de Continuidade do Fornecimento. Os números indicaram melhora no desempenho dos indicadores DEC (Duração de Interrupção) e FEC (Frequência de Interrupção) em comparação com os anos anteriores.

O Plano estabelece que até 2028 a Equatorial Goiás deverá enquadrar 80% dos seus conjuntos de consumidores, de um total de 147, dentro dos limites regulatórios estabelecidos pela Aneel para os indicadores de continuidade coletivos DEC e FEC, que medem, respectivamente, a duração e a frequência média em que cada consumidor no estado de Goiás, dentro do conjunto considerado, teve o fornecimento de energia elétrica interrompido. O papel da AGR é acompanhar a evolução do atendimento das metas anuais estabelecidas no Plano de Resultados de 2024 a 2028.

A empresa fechou o ano com 78% dos conjuntos de consumidores em conformidade para o indicador FEC, cuja meta era de 41%; e com 39% dos conjuntos conformes para o indicador DEC, que tinha meta estabelecida em 29%. De acordo com Nota Técnica da Gerência de Energia da AGR, responsável por acompanhar o desempenho da empresa no cumprimento do Plano de

Resultados, no FEC o resultado está mais adiantado, se aproximando da meta final dos dois indicadores de 80% para 2028, ficando o desafio maior para o indicador DEC.

Segundo ainda a Nota Técnica da AGR, o valor da relação entre o Índice de Continuidade Total (ICT) e o Desempenho Global de Continuidade (DGC) é superior ao verificado em 2024, com diferença entre eles de 49,4%. Quanto à conformidade e ao cumprimento do Plano de Resultados, percebeu-se que, dentre os 147 conjuntos, a empresa alcançou a conformidade do FEC em 115 deles e do DEC em 57. Destaca-se que a conformidade do DEC em 2025 apresenta crescimento de 17 conjuntos, enquanto o FEC apresenta crescimento de 44 conjuntos, quando comparadas com 2024.

A reunião foi conduzida pelo diretor de Regulação e Fiscalização da AGR, Eduardo Henrique da Cunha, e contou com a presença do gerente de Energia, Jorge Pereira da Silva, e o assessor da gerência, Marcos Aurélio de Souza Lima. O assessor da Superintendência de Energia da Secretaria-Geral de Governo (SGG), Gustavo da Costa Vergara, e a pesquisadora da FGV Energia, Luiza Gomes Guitarrari, participaram da reunião. Pela Equatorial Energia Goiás, participaram o gerente de Regulação, Marcelo Ximenes, o gerente do Centro de Operações, Vinicyus Lima, o superintendente técnico, Roberto Vieira, e o analista de Regulação, Vinicius Borges Andrade.

AGR recebe FGV Energia e SGG para discussão do Plano Estadual de Energia de Goiás 2030 (PEE-GO)

Encontro marcou o início da colaboração técnica entre a agência reguladora e a consultoria para a construção de um diagnóstico robusto, focado em segurança energética, sustentabilidade e modicidade tarifária

A Agência Goiana de Regulação (AGR) recebeu, no dia 10 de fevereiro, pesquisadores do Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia) e representantes da Secretaria-Geral de Governo (SGG) para uma reunião técnica sobre o Plano Estadual de Energia de Goiás 2030 (PEE-GO 2030). Realizado na sede da autarquia, em Goiânia, o encontro teve como objetivo integrar a expertise regulatória da Agência ao diagnóstico que está sendo feito pela consultoria, para identificar oportunidades de investimento que posicionem o estado como referência em economia verde. A iniciativa busca estruturar projetos que aproveitem as vocações regionais, com destaque para a produção de biometano e a bioenergia.

Durante a reunião, a pesquisadora de Óleo, Gás e Biocombustíveis da FGV Energia, Luiza Guitarrara, explicou que o trabalho conjunto com os órgãos estaduais é fundamental para capturar as particularidades do cenário goiano e definir diretrizes assertivas. Segundo a pesquisadora, o plano tem a missão de auxiliar na tomada de decisão política e atrair novos investimentos, com o objetivo final de “colocar Goiás no mapa do Brasil em termos de potência estadual em transição energética”.

Para a Secretaria-Geral de Governo, essa proximidade entre a equipe técnica e as autarquias é o diferencial para a efetividade do projeto. O assessor da Superintendência de Energia da SGG, Gustavo Vergara, destacou que o encontro marca um novo passo no cronograma de trabalho. “Hoje a gente avança numa nova agenda com a FGV, que é a intimidade da FGV com as entidades governamentais. Eles precisam ter intimidade com essas entidades para começar a fazer um diagnóstico preciso”, afirmou Vergara.

Um dos pontos centrais da discussão foi o potencial do biometano como vetor de desenvolvimento para o agronegócio. O plano identifica uma grande oportunidade na conversão de resíduos agroindustriais em energia limpa, criando um ciclo virtuoso que alia sustentabilidade ambiental ao fortalecimento da infraestrutura energética local.

Foto: AGR



O presidente Wagner Gomes e equipe com representantes da SGG e pesquisadores da FGV Energia

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, reforçou o compromisso da autarquia em colaborar para que esse avanço tecnológico ocorra com total segurança jurídica. Para o presidente, a regulação terá um papel estratégico ao viabilizar novos modelos de negócio, garantindo que a expansão da matriz energética, seja pela rede convencional ou por soluções descentralizadas e renováveis, traduza-se em qualidade de serviço e desenvolvimento econômico para o estado.

Além do presidente Wagner Oliveira Gomes, participaram da recepção pela AGR o diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha; o gerente de Energia, Jorge Pereira da Silva; a assessora da Gerência de Saneamento Básico, Alessandra Francisca dos Santos; e o assessor da Gerência de Energia, Marcos Aurélio de Souza Lima. Pela Secretaria-Geral de Governo, estiveram os assessores da Superintendência de Energia, Antônio Galdiano e Gustavo Vergara. A equipe da FGV Energia foi composta pelas pesquisadoras Luiza Guitarrara e Fernanda Senna, e pelo pesquisador João Victor Marques.

A previsão é que o PEE-GO 2030 seja concluído em abril de 2027, entregando ao estado um roteiro detalhado para a modernização do setor. A colaboração firmada nesta terça-feira assegura que as propostas de expansão da matriz energética estejam amparadas por um arcabouço regulatório técnico e robusto, capaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de Goiás de forma sustentável.

Ouvidoria implementa novo atendimento pelo WhatsApp

Novo serviço organiza a comunicação e facilita o acesso da população aos serviços regulados

Foto: AGR



Melhorias no WhatsApp Business facilitam o acesso de usuários

A Ouvidoria Setorial da AGR iniciou, em janeiro deste ano, uma nova fase no atendimento ao cidadão, com a implementação de melhorias a partir do uso do WhatsApp Business. A ferramenta organiza e amplia a comunicação da Agência por meio de um recurso já conhecido e amplamente utilizado pela população. O WhatsApp já era um dos canais amplamente usados pela AGR como forma de contato direto com o cidadão. Com os ajustes implementados, o atendimento passa a ser mais estruturado, facilitando o registro, o acompanhamento e o direcionamento das demandas recebidas pela Agência.

Por meio do WhatsApp da AGR, o cidadão pode registrar reclamações, denúncias, solicitações de informação e elogios relacionados aos serviços públicos regulados, como transporte intermunicipal de passageiros, energia elétrica, saneamento básico, terminais rodoviários e demais serviços sob fiscalização da Agência. O atendimento ocorre por meio de conversa direta com os atendentes da Ouvidoria, permitindo esclarecimento de dúvidas e orientações iniciais. Também é possível enviar documentos, fotos e outras informações que auxiliam na análise das manifestações.

Segundo a gerente de Tecnologia da Informação da AGR, Luciana Dutra Martins, as melhorias tornam o

uso da ferramenta mais funcional. “O WhatsApp já existia como canal de contato, mas agora o atendimento está mais organizado e preparado para crescer, facilitando a comunicação entre o cidadão e a Agência”, destacou. Luciana Dutra também ressaltou o impacto direto da iniciativa na prestação dos serviços públicos regulados.

“A centralização dos canais de atendimento, como WhatsApp, site e redes sociais, amplia nossa comunicação com o cidadão, tornando o contato mais direto, fluido e moderno, com mais agilidade. Esse modelo permite envolver atendentes de todas as áreas da AGR, como transporte, finanças, saneamento e setores administrativos, e não apenas a Ouvidoria”, afirmou a gerente.

A solução, segundo destacou Luciana Dutra, funciona como a abertura de um portal de comunicação da Agência, fazendo com que o cidadão se sinta mais acolhido, com respostas mais rápidas, transparentes e eficientes. Com isso, a AGR se posiciona como uma agência de vanguarda, alinhada às novas tendências tecnológicas.

O acesso ao serviço é simples: o cidadão utiliza o próprio aplicativo WhatsApp, sem necessidade de instalar novos programas. Para iniciar o atendimento, é necessário salvar o número oficial da AGR, (62) 98480-7353, nos contatos do celular e enviar a mensagem.



Novo Protocolo Digital da AGR simplifica abertura de processos

Ferramenta permite protocolar defesas e solicitações gerais de forma 100% on-line, eliminando a necessidade de deslocamento. Protocolo permitirá, posteriormente, tramitação via SEI

A Agência Goiana de Regulação (AGR) disponibilizou, no início do ano, o módulo Protocolo Digital no Portal de Serviços Eletrônicos da Agência. A nova ferramenta permite que usuários externos, regulados e cidadãos realizem solicitações, envio de documentos e formalização de protocolos administrativos de maneira totalmente autônoma e digital. A iniciativa faz parte da estratégia de modernização da autarquia e visa dar mais facilidade e rapidez à tramitação interna.

O sistema contará, numa segunda etapa, com uma funcionalidade de integração direta com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Governo de Goiás. Na prática, isso significa que, ao enviar a documentação pelo portal, os dados poderão gerar automaticamente a criação de processos administrativos no SEI, além de anexar os arquivos enviados diretamente ao processo correspondente, garantindo rapidez e transparência no fluxo de informações.

Mais autonomia e desburocratização

A implementação do Protocolo Digital representa um avanço significativo na redução da burocracia. O principal benefício é a autonomia concedida ao usuário externo, que não depende mais de horários de atendimento presencial para protocolar suas demandas.

Além da comodidade, a ferramenta traz ganhos expressivos em segurança e eficiência. O acesso é padroni-

zado através do login único da plataforma Gov.br, o que garante a autenticidade da identificação de quem está protocolando. O sistema também utiliza os dados já existentes no cadastro do usuário para preencher automaticamente informações, como nome, CPF e endereço, facilitando a etapa de identificação.

Para garantir a transparência do início ao fim do processo, o sistema oferece feedback imediato: assim que a solicitação é enviada (“Protocolar”), o número do protocolo é gerado e a confirmação é exibida instantaneamente na tela para o usuário, que pode visualizar a mensagem de sucesso e salvar o número do atendimento.

Como funciona

Ao acessar o módulo no Portal de Serviços, o usuário encontra duas opções principais:

- **Protocolo Geral:** Destinado a solicitações diversas e a envio de documentação administrativa.
- **Apresentação de Defesa:** Função específica que permite anexar defesas referentes a Autos de Infração, indicando o número do auto e carregando as provas necessárias.

Internamente, a demanda é recebida pela Secretaria-Geral da AGR, que faz a conferência dos dados e distribui o processo digitalmente para a unidade técnica responsável pela análise.

AGR conquista 1º lugar entre autarquias em maturidade de gestão por processos

Agência é reconhecida por sua excelência, organização de fluxos e foco no atendimento ao cidadão, alcançando a 6ª posição no ranking geral do Estado

A Agência Goiana de Regulação (AGR) conquistou o 1º lugar entre as autarquias estaduais no Diagnóstico de Maturidade da Gestão por Processos e Serviços. No ranking geral, que avaliou 38 órgãos do Governo de Goiás, a agência garantiu a 6ª colocação, somando 85 pontos e consolidando-se no nível de excelência “Avançado”.

O diagnóstico reconhece os órgãos com melhor desempenho na estruturação interna e na prestação de serviços. A avaliação é coordenada pela Secretaria de Estado de Administração (Sead), por meio da Rede TransformaGOV, e baseia-se em 50 critérios (25 focados em processos e 25 em serviços) que medem o nível de sofisticação, a organização e o foco no cidadão na execução das atividades governamentais.

O monitoramento e a padronização na autarquia são conduzidos pelos pontos focais da Rede TransformaGOV. A estruturação envolve a criação de procedimentos operacionais, o mapeamento contínuo de processos e a atualização da Carta de Serviços. Para a coordenadora

da Rede TransformaGOV na AGR, Sinnara Gomes de Godoy, o resultado reflete o impacto direto na sociedade. “Quando você estabelece ordem de como se faz, faz de maneira mais rápida e reduz tempo. Você está otimizando processos dentro da autarquia para oferecer um serviço melhor para o cidadão”, avalia.

A nota que garantiu a posição de destaque é resultado de um trabalho rigoroso de alinhamento e validação de dados junto à Sead, realizado entre dezembro e janeiro. O salto de maturidade da autarquia chamou a atenção dos avaliadores estaduais.

O trabalho contínuo, que abrange desde a gestão de processos até a avaliação da Carta de Serviços conduzida pelo servidor Alberto Estrela Neto, atesta a nova fase da agência. “Pensar na AGR em sexto lugar, entre os 38 órgãos avaliados, é muito positivo. Isso faz parte de um trabalho árduo de todos nós. Ter o reconhecimento do trabalho que a gente está fazendo é extraordinário”, conclui Sinnara.

Foto: AGR



Integrantes da Rede TransformaGOV, Sinnara Godoy e Helbert Maik, com a equipe da Sead

Agência integra lista positiva da ANA por regulamentar normas nacionais de saneamento

Certificação nacional reconhece rigor técnico da Agência e visa melhoria contínua dos serviços de saneamento para população goiana

Fotos: AGR



AGR na lista positiva da ANA fortalece regulação estadual

A Agência Goiana de Regulação (AGR) teve sua atuação validada nacionalmente ao integrar a lista positiva divulgada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que reconhece as entidades reguladoras e os municípios que regulamentaram as Normas de Referência do saneamento básico vigentes para 2025. O reconhecimento demonstra que a regulação estadual está alinhada às diretrizes federais, com foco na melhoria contínua dos serviços prestados à população.

A avaliação tem como base legal a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como o novo Marco Legal do Saneamento Básico. A legislação atribuiu à ANA a competência de instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento, visando a uniformização regulatória e a criação de um ambiente de segurança jurídica que favoreça a universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário no país.

A iniciativa da ANA busca fortalecer a governança do setor, destacando as instituições que demonstraram conformidade técnica e legal. No estado de Goiás, foram regulamentados aspectos da Norma de Referência nº 08, da ANA, relativos aos critérios para implementação das metas progressivas de universalização dos serviços e a soluções alternativas para os serviços nos municípios regulados; além da matriz de riscos para contratos de abastecimentos

de água e esgotamento sanitário, previsto na NR nº 5; e a metodologia e os critérios para reversão e possível indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos, conforme a RN nº 3.

Importante destacar que essa regulamentação foi feita no âmbito do modelo de regulação compartilhada com as agências municipais de Goiânia (AR), de Rio Verde (Amae) e de Anápolis (ARM), também responsáveis pela regulação nos municípios goianos das três microrregiões de saneamento: Oeste, Centro e Leste. O resultado do trabalho colaborativo entre as agências resultaram nas resoluções normativas conjuntas para o saneamento.

O ingresso na lista é resultado de um trabalho técnico estruturado da Agência, pautado por planejamento estratégico, transparência e rigor regulatório. Para a gestão da AGR, o reconhecimento reflete a atuação responsável e consistente da autarquia, demonstrando o compromisso com uma regulação técnica, eficiente e alinhada às diretrizes nacionais.

A avaliação interna destaca, ainda, que esse resultado é fruto do trabalho permanente das equipes técnicas, o que fortalece o papel da Agência na promoção de serviços de saneamento cada vez mais qualificados para a população goiana. Além da AGR, também figuram na lista positiva diversas entidades reguladoras, evidenciando o avanço da regulação do saneamento básico no Brasil.

AGR e agências municipais iniciam validação de investimentos para 3º Ciclo de Revisão Tarifária

Trabalho de campo começou em março com o objetivo de atestar os dados técnicos das estruturas da Saneago e BRK Ambiental para garantir o equilíbrio dos contratos e tarifas justas aos consumidores

Fotos: AGR



Técnicos da AGR, da Saneago e da BRK Ambiental no início dos trabalhos de validação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), em unidades de Aparecida de Goiânia

A Agência Goiana de Regulação (AGR), em uma ação conjunta com as agências reguladoras municipais de Goiânia (AR), Anápolis (ARM) e Rio Verde (Amae), iniciou, na segunda quinzena de março, mais uma etapa técnica do 3º Ciclo de Revisão Tarifária da Saneamento de Goiás S/A (Saneago) e da BRK Ambiental. O objetivo central foi o acompanhamento e a validação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), etapa fundamental para o cálculo tarifário dos serviços de água e esgoto no estado.

A medida, fundamentada no Novo Marco Legal do Saneamento Básico, é um procedimento padrão que visa garantir a modicidade tarifária e a transparência. Na prática, o processo assegura que a tarifa paga pela população reflita com precisão os investimentos (ativos elegíveis) que estão em plena operação e que contribuem efetivamente para a prestação e melhoria do serviço.

Para a realização do levantamento inicial de seus ativos, as concessionárias Saneago e BRK Ambiental contrataram a empresa especializada Asset Experts, responsável por fazer os laudos técnicos de engenharia e contabilidade. O papel das agências reguladoras, nesta etapa, é atuar na validação presencial e documental desses dados. A equipe de fiscalização fará o cruzamento das informações dos relatórios com as estruturas físicas em campo.

Com previsão de término dessa etapa em abril, a equipe técnica utiliza na avaliação a metodologia da “Curva ABC” (classificação de itens por ordem de importância financeira), focando nas cidades com maior volume de investimentos. Durante as vistorias, será utilizado o georreferenciamento (GPS) para atestar a localização exata e o funcionamento de equipamentos como bombas, reservatórios e estações de tratamento. As vistorias são acompanhadas de perto por equipes das concessionárias.

Caso sejam identificadas divergências técnicas entre os laudos apresentados e a verificação presencial, os ativos passam pelo processo regulatório conhecido como “glosa”. Isso significa que os valores correspondentes são ajustados ou readequados na base de cálculo da nova tarifa, assegurando um resultado técnico, justo e equilibrado tanto para os usuários quanto para as prestadoras do serviço.

A atuação conjunta consolida o modelo de regulação compartilhada entre o Estado e os municípios. Esse instrumento garante a padronização de metodologias e a integração dos esforços de fiscalização entre as agências. Na prática, o modelo evita a sobreposição de regras, otimiza o controle técnico sobre as concessionárias e assegura que o cálculo da tarifa seja feito com base em critérios únicos, justos e transparentes para os usuários de todas as regiões atendidas.



Registros do trabalho compartilhado da AGR e agências municipais na segunda quinzena de março

AGR poderá contribuir com SGG no Plano Estadual de Cidades Inteligentes

Metodologia do projeto foi apresentada em reunião que definiu possibilidades de contribuição da Agência no diagnóstico da situação dos municípios

No dia 3 de fevereiro, a Agência Goiana de Regulação (AGR) recebeu representantes da Secretaria-Geral de Governo (SGG) para uma reunião sobre o Plano Estadual de Cidades Inteligentes – projeto Goiás Inteligente –, iniciativa voltada à integração de dados, projetos e conhecimento técnico de órgãos estaduais e municípios goianos, com foco na qualificação da gestão pública e dos serviços prestados à população. Na reunião, a equipe da SGG apresentou os objetivos e a metodologia do plano, que prevê a formulação de um diagnóstico individualizado dos 246 municípios goianos.

O levantamento será baseado em indicadores técnicos, como normas ISO e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando as diferentes realidades municipais para orientar ações compatíveis com cada contexto local.

Segundo o assessor de Cidades Inteligentes da SGG, Lótus Brum, o Plano foi concebido como um instrumento de governança colaborativa entre Estado e municípios. “A intenção é realizar um diagnóstico de cada município, identificando pontos de melhoria e valorizando as boas práticas já existentes. A AGR é uma parceira estratégica nesse processo, por concentrar uma base de dados essencial para a realização desse diagnóstico”, afirmou.

Na oportunidade, a AGR destacou suas competências e os projetos em andamento que podem contribuir com o plano estadual, especialmente nas áreas de saneamento, transporte intermunicipal e energia. A integração dessas informações permitirá ao Estado obter um panorama mais preciso da realidade dos serviços regulados e, aos municípios, acessar orientações técnicas adequadas às suas necessidades, favorecendo decisões baseadas em dados e melhor aplicação dos recursos públicos.

O superintendente de Telecomunicações e Cidades Inteligentes da SGG, Sérgio Nery, explicou que o plano estadual será uma referência técnica para os gestores municipais. “O plano vai funcionar como uma bússola para

Foto: AGR



Na reunião, na AGR, foi discutido o uso integrado de dados

os municípios, direcionando iniciativas e decisões a partir de dados reais. Para isso, é fundamental o engajamento das prefeituras no fornecimento de informações e na apresentação de suas principais demandas”, destacou.

Para o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, a reunião permitiu mapear possibilidades concretas de participação da Agência no projeto. “Identificamos diversas possibilidades de contribuição, tanto com informações das áreas que regulamos, quanto com a experiência da AGR no relacionamento com os municípios. A Agência contará com um ponto focal para acompanhar o projeto”, afirmou.

A iniciativa estabelece bases técnicas para o uso integrado de dados na formulação de políticas públicas, contribuindo para que os municípios goianos tenham acesso a orientações compatíveis com suas realidades e avancem na adoção de soluções voltadas ao desenvolvimento urbano e à melhoria da qualidade de vida da população.

Pela SGG, além do superintendente de Telecomunicações e Cidades Inteligentes, Sérgio Nery, e do assessor de Cidades Inteligentes, Lótus Brum, participou do encontro a assessora Jéssica Vieira. Pela AGR, estiveram na reunião, além do presidente Wagner Oliveira Gomes, o assessor especial da Presidência, Thiago Nepomuceno, a gerente de Tecnologia, Luciana Dutra Martins, o gerente de Energia, Jorge Pereira da Silva, e o chefe de Gabinete, Breno Pereira da Silva.

AGR conquista Selo Ouro em monitoramento de projetos

Autarquia é premiada na 2ª Edição do Prêmio Governança e Monitoramento de Projetos por sua excelência, cumprimento de prazos e transparência na gestão de iniciativas públicas

Foto: AGR



A equipe da AGR com o Selo Ouro de Monitoramento de Projetos

A Agência Goiana de Regulação (AGR) conquistou o Selo Ouro na categoria “Monitoramento de Projetos” na 2ª Edição do Prêmio Governança e Monitoramento de Projetos: Excelência em Gestão Pública. O evento foi realizado no dia 26 de fevereiro, no Auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia. A premiação reconhece os órgãos estaduais com melhor desempenho no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Governamentais (GoMap), uma ferramenta que consolida dados para o gabinete do governador. A avaliação baseia-se em indicadores como planejamento, cumprimento de prazos, gestão financeira e avanços na execução.

O monitoramento na autarquia é feito pela Coordenação de Monitoramento de Programas Institucionais. Ao longo de 2025, a AGR registrou e gerenciou oito projetos na plataforma. Deste total, seis foram concluídos. Para o coordenador da área, Hugo de Assis Furtado, o resultado reflete o engajamento interno. “Essa premiação evidencia a disciplina das equipes envolvidas na execução dos projetos, no cumprimento dos cronogramas e na atualização contínua do sistema. É um reconhecimento que aumenta a confiabilidade das nossas entregas e consolida a agência como referência em excelência de gestão”, avalia.

A nota que garantiu a premiação é resultado da entrega de ferramentas voltadas para a digitalização, a regulação e a transparência. Entre os projetos avaliados no período estão soluções como o AGR Fiscal (para saneamento), a emissão de licenças de viagens via consulta eletrônica da NFe, o painel de infraestrutura elétrica e sistemas automatizados de monitoramento de receitas e de frota por GPS.

O fluxo de trabalho da agência exige que todas as fases dessas iniciativas — desde o levantamento de requisitos e a prototipação, até os testes e a implantação — sejam inseridas no GoMap. A gerente de Tecnologia da AGR, Luciana Dutra Martins, ressalta que essa padronização garante o bom uso dos recursos. “Quando adotamos uma metodologia rigorosa, ganhamos em eficiência e transparência no controle de escopo, de prazo e de orçamento. O objetivo final de todo esse monitoramento é assegurar que o recurso público investido seja convertido em serviços melhores e mais ágeis para o cidadão”, explica a gerente.

Como próximo passo, a AGR planeja expandir essa maturidade de gestão. “Nossa meta agora é estruturar internamente um Escritório de Projetos, para que essa cultura de monitoramento contínuo alcance as demandas de todas as coordenadorias e gerências da agência”, conclui Luciana.



Visita institucional do delegado Pedromar Augusto de Souza, do Grupo de Investigação de Desaparecidos (GID), com o objetivo de conhecer melhor as atividades da AGR e ampliar parcerias voltadas ao compartilhamento de dados que auxiliem nas investigações de pessoas desaparecidas. Atualmente, o GID mantém cooperação com a AGR em nível intermunicipal e tenciona estender a parceria no âmbito interestadual. A agenda incluiu possibilidades de integração de dados para aprimorar fluxos de informação e apoio às atividades investigativas.

Representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) vieram à AGR tratar de estratégias conjuntas de fiscalização para o combate ao transporte clandestino. Os fiscais Eduardo de Oliveira e Jesiel Marcelino e a equipe da Gerência de Transporte da AGR compartilharam experiências com foco no alinhamento de procedimentos e no fortalecimento das ações fiscalizatórias em áreas de interesse comum. As duas agências consolidam parceria de longa data e que vem tendo seu escopo ampliado para outros mercados do transporte no estado de Goiás.



O prefeito de Cabeceiras, Jaco Rotta, acompanhado do presidente do Detran-GO e ex-deputado federal, Delegado Waldir, do deputado estadual Alessandro Moreira e do ex-prefeito Nogueira Neto, esteve na AGR para uma reunião institucional voltada ao transporte de passageiros no município. Na ocasião, foram discutidas ações e possibilidades para o aprimoramento da qualidade e da regularidade do transporte oferecido à população de Cabeceiras. A AGR destacou os esforços com foco na eficiência, segurança e atendimento ao interesse coletivo.



A AGR se reuniu com o Ministério Público de Aparecida de Goiânia para discutir aspectos dos serviços de abastecimento de água e esgotos no município. Entre os temas tratados esteve a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico e a utilização do Plano Microrregional de Saneamento como instrumento técnico e jurídico de apoio ao planejamento local, em consonância com o novo marco legal. O planejamento regionalizado integra decisões já deliberadas no âmbito das microrregiões de saneamento. O promotor de justiça Márcio Lopes Toledo, o secretário municipal de Infraestrutura, Erick de Jesus Nasareeth, participaram do encontro.

A equipe da Subcontroladoria de Auditoria Interna de Mobilidade e Regulação, da Controladoria-Geral do Estado (CGE), realizou mais uma reunião de monitoramento para observar a implementação das recomendações feitas até aquele momento à AGR. A equipe, integrada pelo auditor chefe da Auditoria de Mobilidade e Regulação, José Augusto Carneiro, e pelas auditoras Bianca Naves Guimarães, Vânia Cristina Gonçalves da Silva e Fernanda Mendonça Fernandes, é responsável por auditoria junto à autarquia visando o aprimoramento da gestão de créditos. O encontro possibilitou verificar o andamento das ações e reforçar melhorias nos processos e controles internos para fortalecer ainda mais a gestão pública.



Representantes da Câmara Municipal de Chapadão do Céu estiveram na AGR solicitar esclarecimentos sobre a nova estrutura tarifária da autarquia Saneaceu aprovada pela AGR no final do ano passado, após análise de impacto regulatório, consulta pública e apreciação pelo Conselho Regulador. A AGR também prestou informações sobre a sua atuação como ente regulador do saneamento em Chapadão do Céu, no contexto da regionalização do saneamento no estado. O presidente da Câmara Municipal, vereador Walter Rosa, estava acompanhado da vereadora Cleidemar Gomes de Freitas Brasil e do secretário-geral da Câmara, Alexandre Roberto Dutra.



A AGR esteve na Goinfra em reunião com representantes do consórcio Caminhos do Sol para tratar de aperfeiçoamentos no instrumento contratual e de gestão do contrato de concessão da ponte sobre o rio Araguaia, que liga Aruanã à cidade de Cocalinho (MT). Pela concessionária, participaram os representantes Augusto Lourenço de Barros, Leticia Orsi, Leticia Queiroz de Andrade, Wilson Luiz Omuro e Rogis Bernardo da Silva, e pela Goinfra, Matheus Caetano e Luciano Marques (DPJ), Fahad Uchoa e Deborah Dutra (ProcSet), e Victor Emmanuel, Vinícius Quintilhiano e Adrielly Rodrigues (Planejamento).

Da Prestação de Contas à Geração de Valor Público para a Sociedade



Allan Palmer*

A prestação de contas na Administração Pública vem passando por um constante processo de evolução. Se, em períodos anteriores, era compreendida predominantemente como um instrumento destinado à demonstração da regularidade orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades públicas, atualmente assume uma dimensão mais ampla, estratégica e orientada à transparência, à governança e à geração de valor público.

Nesse cenário, os Relatórios de Gestão deixaram de representar apenas um conjunto de demonstrativos técnicos voltados à apreciação dos órgãos de controle, passando a evidenciar, de forma mais clara, objetiva e acessível, os resultados alcançados pelas instituições, os impactos produzidos para a sociedade e a efetividade das políticas públicas e ações implementadas. Esses relatórios passaram a revelar como os recursos públicos são transformados em benefícios concretos, mensuráveis e socialmente relevantes para a população.

O Relatório de Gestão de 2025 da AGR evidencia a conformidade das ações administrativas, financeiras e institucionais da Agência e, ainda, os avanços alcançados em áreas estratégicas como regulação, fiscalização, transformação digital, transparência e fortalecimento do relacionamento com a sociedade, consolidando-se como relevante instrumento de governança pública e prestação de contas.

Diante desse cenário, a AGR reafirma sua atuação na geração de valor público ao demonstrar a capacidade do Estado de oferecer serviços públicos mais eficientes, seguros, acessíveis e adequadamente fiscalizados, produzindo

impactos diretos na qualidade de vida da população goiana usuária dos serviços de saneamento básico, energia elétrica e transporte intermunicipal de passageiros.

Entre os resultados de destaque apresentados no exercício de 2025, observa-se o fortalecimento da atividade fiscalizatória, que contribuiu para o combate ao transporte clandestino, para o aumento da segurança dos usuários e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Além disso, a atuação integrada com instituições como a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar ampliou a efetividade das operações e fortaleceu a capacidade de resposta da Agência. No âmbito do saneamento básico, a atuação conjunta entre a AGR e agências municipais consolidou o modelo de regulação compartilhada no estado de Goiás. A aprovação de resoluções normativas alinhadas às diretrizes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), bem como a ampliação da cooperação institucional entre as entidades reguladoras, reforçou a segurança jurídica, a uniformização regulatória e o compromisso com a universalização dos serviços.

Outro importante exemplo de geração de valor público pode ser observado nas ações da Ouvidoria Setorial e do programa AGR Móvel. Em 2025 houve redução do tempo médio de resposta das manifestações dos usuários e ampliação significativa da capacidade de atendimento da Agência. As ações itinerantes realizadas em dezenas de municípios aproximaram a AGR da população, fortalecendo os mecanismos de escuta ativa, participação social e mediação de conflitos relacionados à prestação dos serviços públicos regulados.

Destaca-se, ainda, o fortalecimento das práticas de governança e compliance. Em 2025, a AGR conquistou novamente posição de destaque no Programa de Compliance Público do Estado de Goiás, obtendo elevados índices nos eixos de ética, transparência, ouvidoria e governança.

Esses resultados refletem o compromisso institucional com a integridade, a responsabilidade na gestão e a melhoria contínua dos processos administrativos. Outro aspecto relevante refere-se à consolidação da cultura de planejamento estratégico na Agência. A definição de metas, indicadores e objetivos estratégicos, acompanhados sistematicamente pelas unidades administrativas, demonstra o amadurecimento da gestão orientada por resultados. Esse modelo fortalece a



capacidade institucional da AGR de antecipar desafios, otimizar recursos e direcionar suas ações para entregas que efetivamente gerem benefícios à sociedade.

Sob a perspectiva orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, a geração de valor público também se manifesta na forma como os recursos são planejados, executados e monitorados pela administração pública. As Demonstrações Contábeis e Financeiras evidenciam a capacidade institucional de transformar recursos públicos em investimentos, melhorias operacionais e resultados efetivos para a sociedade.

Em 2025, a AGR manteve indicadores positivos de execução orçamentária e equilíbrio financeiro, ao mesmo tempo em que ampliou significativamente os investimentos em tecnologia, infraestrutura e modernização administrativa. Os recursos aplicados na digitalização de serviços, integração de sistemas, automação de processos, aquisição de equipamentos e modernização do edifício-sede demonstram uma gestão orientada à eficiência, à melhoria do atendimento ao cidadão e ao fortalecimento da capacidade operacional da Agência. Esses investimentos ultrapassam a dimensão patrimonial, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados.

Além disso, as informações contábeis e patrimoniais apresentadas no Relatório de Gestão permitem acompanhar a evolução institucional da AGR ao lon-

go dos últimos exercícios, colaborando com o processo de tomada de decisão. A consolidação de práticas de planejamento, controle patrimonial, gestão de riscos e monitoramento de indicadores fortalece a governança pública e evidencia o compromisso da Agência com a sustentabilidade financeira, a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e a geração contínua de valor para a sociedade goiana.

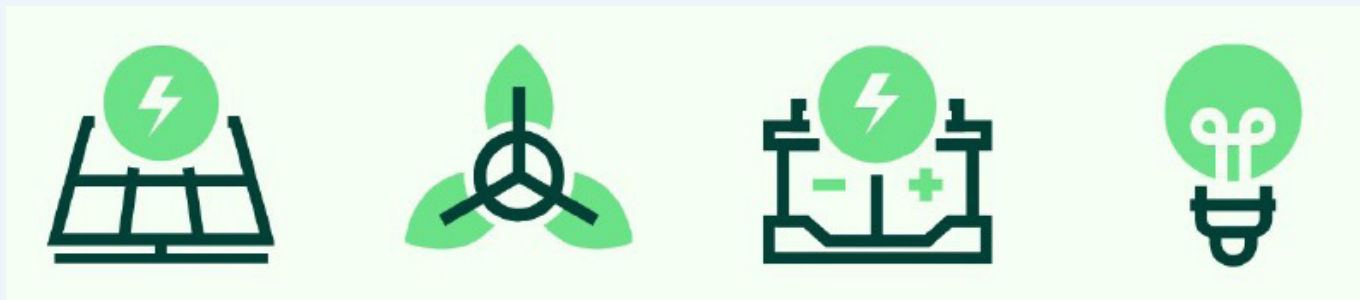
Mais do que uma exigência legal, a prestação de contas deixou de representar apenas um instrumento de controle formal e passou a constituir mecanismo essencial de demonstração do valor público produzido pela administração pública. Ao evidenciar resultados, impactos sociais, avanços regulatórios e melhorias na prestação dos serviços públicos, o Relatório de Gestão fortalece a transparência, amplia a confiança da sociedade nas instituições e contribui para o aperfeiçoamento contínuo da governança pública.

Na AGR, esse movimento demonstra que transparência, responsabilidade e geração de valor público caminham de forma integrada. Prestar contas significa evidenciar como a atuação institucional contribui para o desenvolvimento do Estado, para a melhoria dos serviços públicos e para a promoção do interesse coletivo.

*Gerente de Contabilidade da AGR

AGR acompanha divulgação de inovações da Equatorial Energia Goiás

Programação incluiu visita ao Centro de Operações Integradas X (COI-X), instalado na sede da distribuidora em Goiânia e que vai funcionar como um backup em caso de pane em sistemas da Equatorial em qualquer estado, evitando a interrupção das operações



A Agência Goiana de Regulação (AGR) participou, em 20 de fevereiro, de evento na sede da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia (EQTL-GO), que teve como principal objetivo divulgar os processos operacionais e as inovações adotadas pela concessionária para a melhoria da qualidade na distribuição de energia elétrica nos municípios em que atua. Dentre as inovações, foi apresentado o Centro de Operações Integradas X (COI-X) que, em caso de imprevistos operacionais, funcionará como backup de todos os centros operacionais integrados do Grupo Equatorial.

A equipe da AGR, composta pelo conselheiro presidente Wagner Oliveira Gomes, pelo diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha, e pelo gerente de Energia, Jorge Pereira da Silva, foi recebida, no início da tarde, pelo presidente da Equatorial Goiás, Lener da Silva Jayme, que comandou a apresentação das principais ações e dos resultados obtidos pela Distribuidora no ano de 2025. Representantes de unidades da Equatorial em outros estados atendidos pela concessionária também participaram do evento.

Pela manhã, o gerente de Regulação da Equatorial Goiás, Marcelo Ximenes, havia apresentado ao gerente de Energia da AGR as instalações e o funcionamento da Ouvidoria da Distribuidora e o trabalho das equipes de atendimento às demandas comerciais.

À tarde, a Equatorial Goiás apresentou os investimentos realizados e o desempenho do Plano de Resultados de Continuidade do Fornecimento, que superou as metas anuais acordadas para 2025, com perspectiva de atingir a conformidade dos indicadores DEC e FEC em 80% dos 147 conjuntos da Distribuidora, antes da data

prevista (2028), assegurando a continuidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica no Estado de Goiás. Apresentou também os programas desenvolvidos para conscientização dos usuários quanto ao uso seguro e eficiente do serviço.

Durante o evento, foi feita uma visita ao Centro de Operações Integradas (COI), onde foi demonstrado o funcionamento das ferramentas de supervisão do sistema elétrico e dos protocolos de resposta a ocorrências. Mas o grande destaque foi a visita ao recém-inaugurado Centro de Operações Integradas (COI-X) instalado estrategicamente na sede da distribuidora em Goiânia com o objetivo de servir de backup para as demais distribuidoras da empresa.

Pela Equatorial, estavam no evento o presidente da Equatorial Goiás, Lener Jayme; o diretor de Regulação e Mercado do Grupo Equatorial, Cristiano Logrado; o superintendente de Regulação do Serviço e Conformidade Regulatória, Lázaro Soares Filho; a gerente corporativa de Tarifas, Dayanni Grassano; e o gerente de Regulação da Equatorial Goiás, Marcelo Ximenes.

Participaram, ainda, o especialista em Regulação, Carlos Ximenes; os analistas de Regulação, Vinícius Borges e Isadora Portes; o executivo de Grandes Clientes, Carlos Eduardo Ferreira; o executivo de Clientes Varejo e Ouvidoria, Rômulo do Carmo; a engenheira de Planejamento da Expansão, Renata Keli Soares; o gerente de Operações, Vinicyus de Lima; os analistas de Eficiência Energética, Jessé Brito e Richardsson Marine; o gerente Jurídico, Windsor Santos Júnior; e a executiva de Segurança do Trabalho, Suzane Caires.

Ponte de Cocalinho registra fluxo mensal de 20 mil veículos

Estrutura sobre o Rio Araguaia foi construída pelo Estado de Goiás por meio de Parceria Público-Privada e é administrada pelo Consórcio Caminhos do Sol

Fotos: AGR



A Ponte de Cocalinho possui praça de pedágio com cobrança atual de R\$ 10,00 por veículo

A inauguração da ponte Governador Dante de Oliveira, a Ponte de Cocalinho, que liga a cidade de Aruanã (GO) a Cocalinho (MT) foi, em 2017, um marco para o Estado de Goiás, que edificou a estrutura investindo 60% do valor da obra, viabilizando a substituição da travessia que era feita em balsas. Os outros 40% foram investidos pelo parceiro público-privado Consórcio Caminhos do Sol que é responsável pela exploração dos serviços de travessia do local, conforme contrato de concessão celebrado em 2014 e que vigora até 2032.

A ponte é a mais extensa do estado de Goiás, com 577 metros, e de maior vão livre, com 130 metros no ponto mais alto. O fluxo mensal é de cerca de 20 mil veículos, mais de 600 veículos por dia, e beneficia mais de 200 mil habitantes de 36 municípios goianos, sendo importante via de escoamento de grãos da região Norte do Rio Araguaia.

Dentre as atribuições da Agência Goiana de Regulação (AGR) está a regulação, o controle e a fiscalização dos bens estatais concedidos a terceiros para exploração dos serviços públicos, estando a Ponte de Cocalinho entre as estruturas que são objeto de regulação da autarquia. Todo ano, a equipe de fiscalização da Gerência de Bens Desestatizados faz uma vistoria in loco, para avaliação das condições estruturais, operacionais e de conservação da ponte e da praça de pedágio.

O trabalho contempla, entre outros aspectos, a integridade dos elementos em concreto armado e protendido,

como vigas, pilares e tabuleiro, a ocorrência de patologias estruturais, o estado das juntas de dilatação, as condições da passarela de pedestres, o guarda-corpos, a sinalização horizontal e vertical, os dispositivos auxiliares de segurança viária e o sistema de iluminação. Os fiscais avaliam, ainda, a conservação da pista de rolamento e os acessos, condições das edificações anexas, a cobertura, climatização, fornecimento emergencial de energia, bem como serviços de manutenção, limpeza e poda da vegetação em volta da edificação.

A AGR também faz a análise periódica da prestação de contas da concessionária, abrangendo receitas tarifárias, volume de tráfego e obrigações contratuais de natureza financeira. O consórcio faz a prestação de contas todo mês, mediante apresentação de balancetes contábeis e relatórios operacionais com informações sobre os valores arrecadados na praça de pedágio e o fluxo de veículos. Com base nesses dados, a AGR faz o cálculo da Taxa de Fiscalização devida à AGR, cujo recolhimento tem sido feito desde novembro de 2025.

Adicionalmente, a AGR realiza o acompanhamento e cálculo dos valores de outorga contratual devidos pela concessionária, em atuação conjunta com a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), atual gestora do contrato de concessão. No primeiro trimestre deste ano, foram realizadas reuniões entre a Goinfra, a AGR e a concessionária para tratar de aperfeiçoamentos no instrumento contratual e de gestão do contrato.

Gestão Integrada: planejamento com foco no interesse público



Andrea Bonanato Estrela
Diretora de Gestão Integrada

Em 2023, o Governo de Goiás estabeleceu nova organização administrativa do Poder Executivo, por meio da Lei Ordinária nº 21.792, tornando a Superintendência de Gestão Integrada exigência obrigatória para as secretarias de Estado e, da mesma forma, as Diretorias de Gestão Integrada para as autarquias. Na AGR, essa Diretoria reúne as gerências de Gestão Institucional, Apoio Administrativo, de Finanças e Dívida Ativa, de Contabilidade e de Tecnologia, e é comandada pela gestora governamental Andrea Bonanato Estrela, que ingressou no Estado por meio de concurso público em 2002.

Andrea Bonanato tem formação em Direito, com pós-graduações em Direito Constitucional e Administrativo e de Gestão, Pessoas e Inovação. Ocupou cargos na antiga Secretaria de Planejamento, na Secretaria de Fazenda, na Controladoria-Geral e na Secretaria de Administração. Foi assessora especial na AGR de 2017 a 2019, retornando para a Agência em 2021, como gerente de Regulação Econômica e Desestatização e em seguida como gerente de Gestão Institucional.

Nesta entrevista, Andrea Bonanato Estrela fala da importância do planejamento na gestão pública, dos avanços nas diferentes áreas sob a sua direção e os principais desafios para a gestão integrada na AGR.

Qual a importância da criação da Gestão Integrada nos órgãos públicos do Estado de Goiás?

Andrea Bonanato Estrela - A administração pública existe, tão somente, para satisfazer as necessidades da sociedade, fazendo a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços ao cidadão. E para que a administração alcance esse objetivo, mister a observância de duas atividades distintas: a de planejar e a de executar. Para que a atividade finalística seja oportuna e adequada, há que se planejar, sistematizar, gerenciar e até traçar um plano de ação para a realização dos projetos, de modo a obter um resultado útil. A criação da unidade de gestão integrada nos órgãos do Estado é de grande importância, na medida em que se reveste de instrumento legal para viabilizar as atividades do aparelhamento estatal, com vistas à execução de estratégias que atendam as demandas coletivas. É o corpo institucional que estabelece e acompanha, de forma permanente, as diretrizes, o planejamento e a coordenação do andamento da máquina administrativa, com ênfase na legalidade e na eficiência da prestação dos serviços públicos.

Pode nos falar quais as principais atribuições dessa Diretoria?

ABE - A Diretoria de Gestão Integrada abrange todo o planejamento, organização, direção e controle dos recursos humanos, financeiros e materiais da Agência. Dentre suas principais atribuições estão aquelas voltadas a supervisionar

e a coordenar as atividades de gestão de pessoas, do patrimônio, da execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, dos serviços administrativos, do apoio logístico, do planejamento, da tecnologia da informação e comunicação – TIC, da modernização institucional, bem como dar suporte operacional às demais unidades da AGR.

Como a Diretoria contribuiu para a conquista do equilíbrio financeiro da AGR?

ABE - A principal estratégia utilizada pela Diretoria no alcance do equilíbrio financeiro da Agência foi coordenar a atuação conjunta de suas unidades administrativas complementares, de modo que por meio do alinhamento entre finanças e dívida ativa, tecnologia, apoio administrativo e gestão institucional, capitaneados de forma ativa pela área de contabilidade, foi possível alcançar o equilíbrio financeiro.

O planejamento também foi relevante para esse resultado?

ABE - A instituição e o acompanhamento do planejamento estratégico da AGR guarda relação direta com os resultados alcançados, já que com a clareza dos objetivos estabelecidos, bem como de metas plausíveis de serem atingidas, aliadas a indicadores reais e de fácil compreensão por todos os colaboradores, o processo reverte em ganhos para a alta gestão, especialmente no momento da tomada de decisão.

A autarquia tem sido destacada por sua excelência em gestão em vários contextos da administração pública estadual.

ABE - A excelência na gestão pública tem sido buscada por todos os órgãos da administração, assim como na AGR, com a finalidade de internalizar conceitos e práticas voltadas à transparência, à ética e à governança. E cada prêmio alcançado pela Agência demonstra o comprometimento da equipe de colaboradores com os mecanismos de eficiência e transparência e reforça o compromisso dessa gestão com as leis, os regulamentos e as normas éticas aplicáveis à atuação dos entes reguladores.

Qual a importância da política MIC na gestão de pessoas na AGR?

ABE - A política MIC - Motivação, Integração e Capacitação -, instituída pela AGR no âmbito da gestão de pessoas, também tem despertado o interesse de vários órgãos do Estado, vez que essa dinâmica de relacionamento interpessoal e o incremento de ações ligadas à capacitação de servidores em inovação e qualidade regulatória reverberam como aspecto positivo de alinhamento com a cultura organizacional da AGR, mais domínio acerca das atividades desempenhadas pelas áreas e motivação pelo crescimento profissional.

O que mudou nos trabalhos da contabilidade com a criação de uma gerência para a área?

ABE - Desde a criação da Gerência de Contabilidade, no ano de 2023, as operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais passaram a contar com informações cada vez mais autênticas, com dados mais fiéis à realidade da Agência, favorecendo a produção de relatórios de prestação de contas cada ano mais completos e atentos à legislação contábil aplicável.

Como está o setor de tecnologia dentro da autarquia?

ABE - A área de tecnologia é responsável pela implantação de uma série de estratégias, plataformas e recursos que, além de trazerem celeridade aos processos e exatidão dos dados, garantem o funcionamento contínuo e seguro da infraestrutura de redes e de telecomunicação. Entre os sistemas implementados pela Gerência de Tecnologia estão os Sistemas de Ouvidoria, Dívida Ativa (SDA), Cobrança Administrativa, AGR Fiscal do transporte e de bens desestatizados, Ações de Execuções Judiciais integradas com a Procuradoria-Geral do Estado, Cadastro da Operação do Transporte Regular, e-Carta, o BPe, dentre outros.

O que mudou com a régua de cobrança na Gerência de Finanças?

ABE - Desde a instituição da régua de cobrança para a área de dívida ativa da AGR, o procedimento para

cobrança de créditos tributários e não tributários passou a ser transparente, com regras claras para o tratamento da dívida, desde a sua constituição, passando pela inscrição na dívida ativa, pelos serviços de proteção ao crédito, protesto até culminar em execução fiscal. Junto com o Núcleo de Cobrança, a implementação da régua consolida o empenho da gestão no desempenho de suas atribuições institucionais, especialmente aquelas que visam a proteção e o recebimento dos créditos titularizados à AGR.

Qual o alcance do mapeamento das inovações pela Rede TransformaGOV?

ABE - No âmbito do Sistema Estruturador das Redes de Gestão (Siges), a Rede TransformaGOV surge como responsável pela inovação da gestão e dos serviços públicos e objetiva a promoção e a transformação inteligente e inovadora da gestão e dos serviços públicos, do atendimento ao cidadão, de forma central e setorial. Daí que, a partir da transformação, geração e difusão de práticas, soluções e ferramentas de desburocratização, a consolidação da Rede no âmbito da AGR será capaz de aperfeiçoar procedimentos internos de modo a romper com padrões tradicionais e potencializar ações voltadas ao atendimento da população.

Que resultados têm sido alcançados na Gerência de Apoio Administrativo?

ABE - A atuação da Gerência de Apoio Administrativo abrange todo o planejamento e a execução dos serviços administrativos da Agência. Ela gerencia, monitora e realiza a gestão das aquisições, contratações, frotas, incluindo abastecimento, patrimônio, a racionalização e o aproveitamento dos espaços físicos do prédio, e ainda presta suporte a todas as equipes de servidores quanto às regras e orientações do órgão central de logística.

Quais os principais desafios da Diretoria de Gestão Integrada nesse momento?

ABE - No momento, muitos desafios se apresentam para a área da gestão, em especial a recomposição do quadro de servidores e a conclusão da obra de reforma dos três primeiros pavimentos do prédio-sede da Agência. A autonomia regulatória requer um corpo técnico qualificado, permanente e efetivo, com competência legal e poder de polícia para atuar na fiscalização dos serviços públicos delegados e dar continuidade aos ciclos da regulação. E, com a defasagem destas equipes estamos arriscados ao colapso da atividade, restando urgente a sinalização positiva pela realização do concurso público para Analista Técnico de Regulação. De mesma sorte, a entrega da obra em curso significará ganho enorme para todos da Agência, já que um ambiente de trabalho confortável e seguro rende maior produtividade e mais eficiência nas tarefas diárias. Ambos os desafios têm como foco a coletividade.

Novas regras para o Compliance 2026

Foto: AGR



A AGR está entre os órgãos que mais se destacam no PCP

A AGR participou, em 26 de março, do lançamento dos prêmios do Programa de Compliance Público de 2026. A solenidade, no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, reuniu representantes dos diferentes órgãos da administração estadual que participam do programa coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE).

Durante o evento, a CGE apresentou as novas regras para os prêmios nas quatro categorias: Goiás Mais Transparente, Governança e Gestão de Riscos, Ouvidoria Pública e Ética e Responsabilidade.

Pela AGR, participaram a diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela, o ouvidor adjunto, Carlos Júlio dos Santos, e o coordenador de Monitoramento de Programas Institucionais, Hugo de Assis Furtado, também secretário executivo e membro do Comitê Setorial do PCP.

Para Hugo de Assis, é importante já se ter as regras e as orientações para as atividades a serem desenvolvidas pelos órgãos para os prêmios do PCP. “Com isso, sabemos os desafios que temos pela frente, em capacitações e outros itens dos quatro prêmios, como o de implementar e utilizar o sistema Iris na Governança e Gestão de Riscos, manter a qualidade das informações para o Goiás Mais Transparente, manter a qualidade do atendimento de Ouvidoria e também cumprir os quesitos de cursos e orientações em Ética e Responsabilidade”, disse.

Nas edições do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás, a AGR conquistou três selos Diamante e um selo Ouro nas quatro categorias, destacando-se com excelente pontuação.

Terminal Padre Pelágio

A AGR participou, no dia 27 de março, da entrega do novo Terminal Padre Pelágio, em Goiânia. A obra integra o projeto Nova Anhanguera de modernização do transporte coletivo na Região Metropolitana. A solenidade contou com a presença do governador Ronaldo Caiado e de outras autoridades estaduais.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, esteve acompanhado do gerente de Regulação Econômica, Rafael Barbosa de Carvalho, no evento em que também foram apresentados à população os primeiros ônibus articulados movidos a biometano em operação comercial no país.

A AGR é a agência responsável pela definição da tarifa de remuneração do sistema, etapa técnica que sustenta o equilíbrio econômico-financeiro e viabiliza a execução de investimentos em infraestrutura e inovação no transporte público.

Foto: AGR



O presidente Wagner Gomes na entrega do novo terminal Padre Pelágio

Transição de Governo

A AGR acompanhou, no dia 31 de março, as cerimônias que marcaram a transição no Governo de Goiás, com a posse de Daniel Vilela como novo chefe do Executivo estadual, realizada no Plenário Iris Rezende, na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Na ocasião, o então governador Ronaldo Caiado formalizou sua renúncia ao cargo para se candidatar nas próximas eleições.

Após a solenidade, o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, se manifestou reconhecendo os trabalhos desenvolvidos ao longo desse período, especialmente pelas políticas que contribuíram para o fortalecimento da regulação e da qualidade dos serviços públicos no estado.

Ele também manifestou votos de êxito ao novo governador Daniel Vilela, que assume a condução do Estado com o compromisso de dar continuidade às ações e enfrentar os novos desafios, mantendo o foco no desenvolvimento e na melhoria dos serviços prestados à população goiana.

Além do presidente da AGR, estiveram, ainda, na cerimônia de troca de governo, os diretores Andrea Bonanato Estrela, de Gestão Integrada, e Eduardo Henrique da Cunha, de Regulação e Fiscalização; a conselheira Maria Silvia de Lima Hatschbach; o chefe de Gabinete, Breno Pereira da Silva; e o gerente de Apoio Administrativo, Gustavo Esteves Kossa; além de outros serviços.

Foto: AGR



Solenidade de transmissão de cargo, na Alego

Cooperação AGR/PRF

Foto: AGR



Ação cooperativa entre AGR e PRF na Rodoviária de Goiânia

A equipe de fiscalização de Transporte da AGR participou, no dia 12 de fevereiro, da operação nacional “Pule, Brinque e Cuide”, realizada no Terminal Rodoviário de Goiânia, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e equipes do Creas de Goiânia. A mobilização teve como foco orientar passageiros sobre a prevenção de violações de direitos de crianças e adolescentes durante o Carnaval e divulgar canais de denúncia, como o Disque 100.

Paralelamente à ação educativa, a Gerência de Transportes da Agência realizou vistoria técnica na frota intermunicipal, com verificação de itens obrigatórios de segurança e da documentação dos veículos. A atuação conjunta demonstra como a integração entre os órgãos de fiscalização e a rede de proteção social amplia o alcance das ações preventivas, contribuindo para um Carnaval mais seguro nas rodovias e nos espaços de embarque, especialmente para crianças e adolescentes.

AGR no Goiás Social Mulher

Parceira do Gabinete de Políticas Sociais do Governo Estadual, a AGR participou, de 4 a 8 de março, da edição do Goiás Social Mulher, realizada na Praça Cívica em Goiânia. A abertura, no dia 4, foi feita na presença de autoridades e reuniu centenas de pessoas em visitas aos stands e balcões de atendimento dos diferentes órgãos parceiros. A Ouvidoria Setorial da AGR teve papel estratégico no evento, como canal direto de escuta da população nas manifestações relativas aos serviços públicos regulados.

O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, esteve no evento, ao lado da diretora de Gestão Integrada, Andrea Bonanato Estrela; do chefe de Gabinete, Breno Pereira da Silva; do ouvidor setorial, Francisco Vieira de Macedo; do ouvidor adjunto, Carlos Júlio dos Santos; e da equipe da Ouvidoria Setorial. A primeira-dama Gracinha Caiado visitou o stand da AGR no evento.

Em uma ação voltada especialmente às mulheres, a atuação da Ouvidoria amplia o acesso à informação, facilita o encaminhamento de solicitações e aproxima a regulação do cotidiano de quem utiliza os serviços. O Goiás Social Mulher ofereceu atendimentos gratuitos nas áreas de saúde, documentação, orientação jurídica, qualificação profissional e programas sociais.



A diretora Andrea Bonanato Estrela com a equipe da Ouvidoria da AGR no Goiás Social na Praça Cívica

Aparecida

O Goiás Social Mulher teve seguimento, no período de 13 a 15 de março, no Bairro Independência, em Aparecida de Goiânia. Durante o evento, a equipe da ouvidoria da AGR manteve o atendimento aos usuários com orientações sobre os serviços de saneamento básico, energia e transporte intermunicipal de passageiros. Nas duas edições, a equipe da AGR realizou mais de 200 atendimentos à população.

Inauguração da reforma do Terminal Praça A

A AGR participou, em 30 de janeiro, da inauguração das obras de reforma do Terminal Praça A, entregue à população com a disponibilização também de 21 ônibus elétricos e a maior estação de recarga do Brasil. As obras integram o Projeto Nova RMTTC, que investe R\$ 2 bilhões para melhorar a qualidade do serviço prestado aos cerca de 530 usuários diários de 19 municípios que compõem a rede metropolitana de transporte coletivo.

A AGR é responsável pelos cálculos da tarifa de remuneração do sistema, que é subsidiado em grande parte pelo Governo de Goiás, a fim de garantir a modicidade tarifária para os usuários, que desde 2019 pagam R\$ 4,30 pelo bilhete de viagem.

O terminal foi totalmente reconstruído, ampliando o tamanho para 5.541,60 m². Os investimentos no Ter-



O gerente Rafael Barbosa de Carvalho na inauguração do novo terminal da Praça A

terminal da Praça A foram da ordem de R\$ 29 milhões. Pela AGR, estiveram na solenidade o diretor de Regulação e Fiscalização, Eduardo Henrique da Cunha, e o gerente de Regulação Econômica, Rafael Barbosa Carvalho.

AGR reforça parceria com a AGM

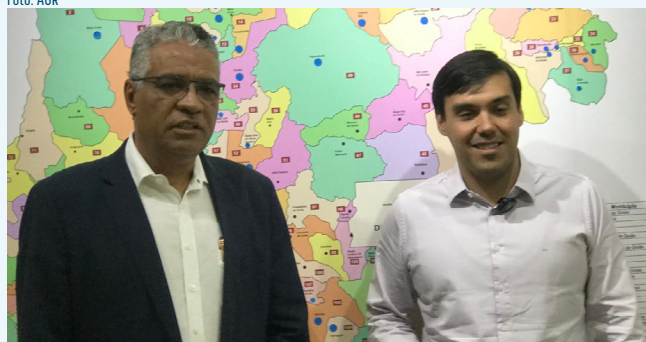
Em visita institucional à Associação Goiana dos Municípios (AGM), no dia 13 de março, o presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, destacou a importância da entidade para o diálogo com os municípios goianos. No encontro com o presidente da AGM, José Délio, ele reforçou a parceria que vem sendo desenvolvida entre a autarquia e a associação, sobretudo em temas ligados à regulação e à fiscalização dos serviços públicos, em especial, ao transporte intermunicipal de passageiros.

A visita, que teve a presença do coordenador de Inteligência Fiscalizatória da AGM, Pedro Quermes, integrou a estratégia de aproximação da agência com os municípios goianos, com foco no fortalecimento da cooperação técnica e no alinhamento de pautas relacionadas aos serviços regulados no estado. Na AGM, o presidente Wagner Gomes foi entrevistado pelo jornalista Libório Santos,

quando falou sobre os editais de chamamentos públicos destinados a atender rotas em várias regiões do estado.

A iniciativa contribuiu para ampliar o diálogo e consolidar ações conjuntas voltadas à melhoria dos serviços prestados à população.

Foto: AGR



O presidente Wagner Gomes com o presidente José Délio, na AGM

Curso de Gestão e Acompanhamento de Contratos de Parceria

O assessor especial da Presidência da AGR, Thiago Nepomuceno Carvalho, foi selecionado pela FIA Business School, uma das principais instituições de ensino superior do país, para participar da segunda turma do Curso de Gestão e Acompanhamento de Contratos de Parceria. O curso de 120 horas/aula teve início em março, na forma presencial, em São Paulo, e prossegue até maio, com módulos presenciais e on-line. A Fia Business School tem cooperação técnica com a Universidade de São Paulo (USP) e é referência na área de consultoria pública e privada.

A capacitação é voltada a servidores públicos de diferentes esferas e órgãos, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e estratégicas para a gestão e o acompanhamento de contratos com a iniciativa privada, especialmente concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Durante o curso, os participantes terão aulas de Fundamentos da regulação e dos contratos de parceria; panorama das PPPs e concessões, estrutura legal e institucional; Da teoria à prática: estruturação e primeiros desafios contratuais; Performance operacional e financeira

Foto: Divulgação



Turma de selecionados integrada pelo assessor da AGR, Thiago Nepomuceno

& ESG; Gestão de desafios contratuais aditivos, encerramentos e conflitos; e Monitoramento, avaliação e controle de contratos. O curso tem ainda parceria com o BNDES e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Histórias de vida no Café com o Presidente

A Gerência de Gestão Institucional (GGI) realizou, no dia 25 de março, a primeira edição de 2026 do programa Café com o Presidente, com a participação de 11 colaboradores de diferentes áreas. O presidente Wagner Oliveira Gomes iniciou a conversa ressaltando a informalidade do momento, que foi cuidadosamente preparado para que cada um se apresentasse de forma mais descontraída e contasse sua história, experiências profissionais, sobre como chegou à AGR e suas expectativas.

Depois de se apresentar ao grupo, Wagner Oliveira passou a palavra aos servidores: Mariane do Carmo de Jesus (Procuradoria Setorial), Michael Deus (Comunicação), Joelma Inara Bueno (ProcSet), Gustavo Henrique Maranhão (ProcSet), Juliana Victória Corrêa (Secretaria-Geral), Josenilda Maria Gonçalves (GGI), Gustavo Henrique Cipriano (ProcSet), Danilo Araújo (Comunicação), Laís Ferreira de Andrade (ProcSet), Gabriel Costa Feitosa (Secretaria-Geral) e Adilson Augusto Duarte (ProcSet).

Pela primeira vez, seis pessoas de uma mesma unidade participaram do evento. O procurador setorial Gustavo Maranhão e cinco advogados de sua equipe estiveram entre os convidados e falaram das motivações para o ingresso na carreira e sobre o que os trouxe para a Procuradoria Setorial da AGR.

Foto: AGR



O presidente Wagner Gomes com servidores em mais um Café com o Presidente

Uma manhã de intenso diálogo dos colaboradores com o presidente e de integração entre as áreas, em que todos puderam falar das suas origens, de como vieram para a capital, os desafios enfrentados e de como conheceram a AGR. Também falaram dos esforços para se capacitarem cada vez mais, a fim de darem sua contribuição à regulação dos serviços públicos no estado de Goiás e crescerem profissionalmente.

O Café com o Presidente é realizado a cada três meses e reúne servidores que se inscrevem junto à GGI para o momento de conversa tranquila com o titular da Agência durante café da manhã na sede da autarquia.

Práticas de Ouvidoria

Em março, uma equipe da Equatorial Energia Goiás esteve na AGR para tratar de questões relacionadas ao atendimento de Ouvidoria, a partir do retorno do contrato de metas entre a AGR e a Aneel. A agenda teve como base a troca de informações técnicas sobre práticas de ouvidoria, considerando a experiência da AGR na mediação de demandas e no acompanhamento qualificado das manifestações dos usuários.

Pela Equatorial, participaram da reunião a ouvidora corporativa do Grupo Equatorial, Márcia Fernandes Lins, o analista de Ouvidoria, Raíres Mendes Ribeiro, e a analista de Regulação, Isadora Portes. Esse intercâmbio contribuiu para o aprimoramento dos fluxos de atendimento e para maior consistência nas respostas ao consumidor de energia elétrica no estado de Goiás.

Foto: AGR



Equipe da Equatorial em reunião na AGR: práticas de ouvidoria

Alego homenageia participantes do Goiás Social

A AGR foi agraciada, no dia 26 de março, com o Certificado do Mérito Legislativo, em solenidade na Assembleia Legislativa (Alego), pelos relevantes serviços prestados ao estado nas participações em eventos do programa Goiás Social, do Gabinete de Políticas Sociais do Governo de Goiás e coordenado pela primeira-dama Gracinha Caiado.

Na sessão proposta e presidida pela deputada estadual Vivian Naves, presidente da Comissão de Assistência Social da Alego, quatro integrantes da Ouvidoria Setorial da AGR receberam o certificado: Carlos Júlio dos Santos (ouvidor adjunto), Maísa Afonso Rodrigues, Marcela de Oliveira Faleiro e Suenne Batista Peixoto (atendentes).

O ouvidor setorial Francisco Vieira de Macedo, que recebeu o certificado em 2022, participou da cerimônia e afirmou que o reconhecimento reforça a importância da atuação integrada da AGR no âmbito do Goiás Social. “A AGR contribui com escuta qualificada, mediação de demandas e acompanhamento de respostas, promovendo a melhoria contínua dos serviços públicos”, destacou.

Segundo o ouvidor, com o trabalho itinerante e a AGR Móvel, a Agência se aproxima ainda mais da população, ampliando o acesso dos usuários a benefícios sociais

e fortalecendo a presença institucional da autarquia nos municípios. “O reconhecimento aos servidores que estiveram na linha de frente do trabalho da AGR nas edições do Goiás Social evidencia o papel essencial de cada profissional na efetivação das políticas públicas”, acentuou.

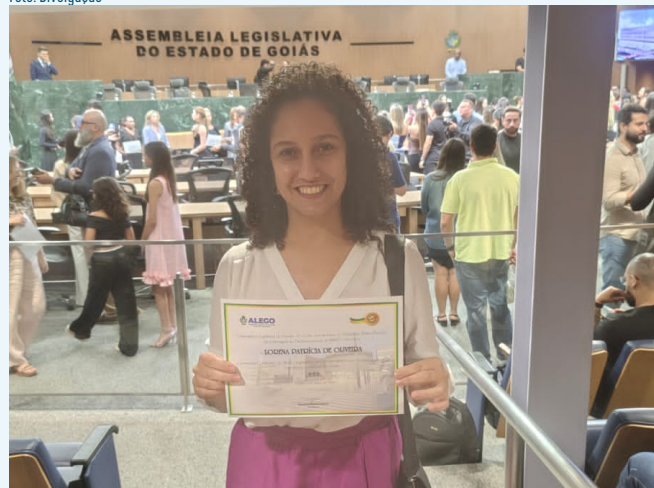
Foto: Divulgação



As colaboradoras homenageadas com o ouvidor adjunto Carlos Júlio dos Santos

Dia Internacional da Mulher

Foto: Divulgação



A coordenadora do Comitê da Diversidade, Lorena Patrícia de Oliveira, com o certificado

A coordenadora do Comitê da Mulher e da Diversidade da AGR, Lorena Patrícia de Oliveira, foi homenageada, no dia 2 de março, em sessão especial da Alego, em referência ao Dia Internacional da Mulher. A iniciativa, proposta pelo deputado Bruno Peixoto, concedeu Certificados de Mérito Legislativo a mulheres reconhecidas pelos serviços prestados ao estado de Goiás.

A indicação de Lorena foi feita pelo Conselho Estadual da Mulher (Conem). Para a coordenadora, o certificado é um ato simbólico, mas a indicação e o reconhecimento representam um estímulo adicional à continuidade do trabalho desenvolvido. A AGR parabeniza Lorena Patrícia de Oliveira pela homenagem recebida e pela dedicação ao serviço público, desejando continuidade e êxito em sua trajetória profissional.

AGR promove debate sobre Saúde Mental e os desafios da era digital

Em uma tarde de reflexões e trocas, psicóloga detalha como os algoritmos operam, aponta os gatilhos emocionais e ensina o uso de “EPIs virtuais” para proteger o bem-estar

Quem nunca entrou em uma rede social apenas para ver um vídeo curto e, de repente, se viu consumindo notícias de tragédias ou fofocas, perdendo horas preciosas do dia sem nem perceber? Foi para debater essa exaustão moderna e os impactos invisíveis no nosso bem-estar que a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt) da Agência Goiana de Regulação (AGR) reuniram os servidores no dia 24 de março, no auditório da agência.

A recepção e a abertura do evento reforçaram o caráter acolhedor do encontro, evidenciando o cuidado interno com as equipes. Os trabalhos foram iniciados pelos membros da Cipa — a presidente Thaís Camilo, a vice-presidente Marcela Faleiro, a secretária Kezia Daiane e o servidor Paulo Henrique Oliveira —, juntamente com o integrante do Sesmt, o técnico de segurança do trabalho Jeremias Vieira. A equipe organizadora deu as boas-vindas aos participantes, destacando o compromisso das comissões em olhar para a saúde do servidor de forma integral.

A palestra foi conduzida pela psicóloga Tainá Torres, especialista em Saúde Mental e Gestalt-terapia e representante do Hospital Espírita Eurípedes Barsanulfo. Longe de um tom de superioridade, ela se apresentou como usuária ativa das redes e profissional que também enfrenta os conflitos do mundo digital. O bate-papo interativo destacou que as instituições agora precisam lidar com os riscos psicossociais da mesma forma que tratam os físicos e biológicos, exigindo novos tipos de proteção.

Tainá explicou que a rede social atua, muitas vezes, como um gatilho que dispara feridas emocionais que já carregamos. Em seu consultório clínico, os pacientes raramente chegam culpando a internet diretamente, mas trazem queixas de distanciamento nas relações e ansiedade. As redes intensificam esses problemas ao nos bombardear com comparações irreais. “Essas comparações frequentes afetam a nossa autoestima, que é o quanto a gente se gosta. As redes intensificam a comparação social e afetam a forma como a gente se vê e a forma como a gente se dá valor”, alertou a psicóloga.

EPIs mentais

Outro ponto alto da tarde foi a desmitificação de como as plataformas nos prendem. A especialista comparou o funcionamento das redes ao de um cassino. “As redes sociais também usam o mecanismo de recompensas intermitentes, inesperadas. Assim como no cassino, você nunca sabe quando vai ganhar, mas a sensação de ter ganho uma vez te faz querer continuar lá”, disse Tainá. O algoritmo aprende nosso comportamento e é programado para nos manter conectados.

Com isso, perdemos o tempo das nossas atividades “off-line”, que são vitais para o sentimento de utilidade e para a saúde mental. Para se proteger nesse mar de estímulos, a conversa rendeu frutos práticos: a adoção de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) mentais. “Quando o risco é invisível como é que você se protege dele? A gente também precisa se proteger e saber em que campos está entrando. O que que a gente precisa usar de EPIs?”, provocou a palestrante, fazendo um paralelo direto com a segurança do trabalho.

Entre as orientações de higiene digital ensinadas para compor esse “EPI virtual”, destacaram-se: questionar

Fotos: AGR



A palestrante: “Redes produzem gatilhos emocionais”



Servidores e colaboradores da AGR durante a palestra

as próprias emoções antes de abrir o aplicativo, silenciar perfis que causam mal-estar, ocultar o número de curtidas para não depender de validação alheia e treinar o algoritmo clicando em “não tenho interesse” no que faz mal.

A psicóloga ressaltou o valor de se criar esses espaços de diálogo no ambiente corporativo. Segundo ela, embora muitos já tenham noção dos impactos negativos das redes, a grande dificuldade está em transformar isso em planejamento e ação para melhorar essa relação. “Quando acontecem momentos como esse, oportunidades como essa, de despertar reflexões, isso tem uma chance muito grande de também ampliar a consciência e fortalecer as pessoas para assumirem mais responsabilidades sobre o seu autocuidado”, destacou.

A psicóloga lembrou aos servidores que o caminho não é o banimento digital, mas, sim, a adaptação madura. “Não tem como hoje a gente ignorar ou voltar atrás em relação às redes sociais, elas estão aí para ficar”. O grande de-



Equipe da Cipa / Sesmt apresenta a psicóloga Tainá Torres

safio, disse, é reconhecer que essas ferramentas se tornarão cada vez mais estimulantes e, por isso, nós é que precisamos estar mais preparados para não cair em armadilhas.

O encontro foi marcado pela participação contínua e a troca de experiências. Ao final, a palestrante reforçou que as instituições e os gestores também têm o dever de proteger as equipes, evitando ser um problema virtual com grupos inconvenientes e mensagens de trabalho fora de hora.

A mensagem que ecoou nos corredores da AGR após as ricas reflexões foi um recado direto para a sociedade: “Vamos nos fortalecer psicologicamente para aproveitar o melhor que elas têm para oferecer”. Afinal, como resumiu de forma cirúrgica a psicóloga Tainá Torres, “a verdadeira mudança começa quando olhamos para a nossa rotina e percebemos que o problema não é só o excesso de tela, é a falta de vida fora dela”.

Por: Michael Deus



Ao final do encontro, foto da palestrante Tainá Torres com todos os participantes

Cartografias do Sentir: a arte como potência de transformação na gestão pública

Geógrafa de formação e artista por vocação, Lorena Patrícia de Oliveira une a precisão da regulação à sensibilidade do Teatro das Oprimidas para construir uma trajetória pautada pela ética, coletividade e o combate às desigualdades

Fotos: Arquivo pessoal



Mostra Bacia Dança, em 2025, Teatro do Centro Cultural da UFG

Há uma complexidade vibrante que define Lorena Patrícia de Oliveira. Em um primeiro contato, ela se descreve com uma honestidade quase lúdica: “esquecida” e, por vezes, “cabecinha de vento”. Mas essa leveza aparente é apenas a camada superficial de uma mulher profundamente comprometida com seus princípios e valores. Concursada da Metrobus e empregada pública de longa data, Lorena é uma figura que transita entre o rigor técnico da regulação e a fluidez das artes cênicas, provando que a burocracia e a sensibilidade não são caminhos opostos, mas margens de um mesmo rio que deságua no bem comum.

A caminhada de Lorena na Agência Goiana de Regulação (AGR) começou em 2011, fruto de um processo seletivo. Na época, a agência possuía a Gerência de Recursos Hídricos e Minerais — hoje extinta — que buscava um perfil técnico em Geografia. Lorena foi aprovada na entrevista e iniciou ali uma trajetória de versatilidade institucional. Antes de se estabelecer em sua área atual, ela emprestou sua competência às gerências de Protocolo e de Transportes, experiências que lhe conferiram uma visão sistêmica da máquina pública. Desde 2015, ela consolidou sua atuação na Gerência de Saneamento Básico, onde a regulação, a fiscalização e a mediação de conflitos na Ouvidoria tornaram-se o palco de sua prática diária.

Sua formação como geógrafa não é apenas um título acadêmico, mas a lente pela qual ela enxerga o mundo. Para Lorena, o “olhar geográfico” é indissociável de sua rotina, permitindo que ela compreenda o espaço em sua dimensão física e também como um cenário de relações humanas. Essa visão crítica, somada à graduação em Pedagogia e à especialização em Processos e Produtos Criativos pela FAV/UFG, oferece o suporte necessário para lidar com os desafios do saneamento. “A gente tem várias maneiras de se expressar no mundo. É importante conseguir equilibrar quem você é, conseguindo se expressar na multiplicidade que se é, e ir se descobrindo e se transformando a cada dia”, reflete a servidora.

O corpo que dança e desafia rótulos

Fora dos domínios da gestão, Lorena encontra sentido no cultivo de conexões profundas. É na dança contemporânea e nas artes cênicas que ela experimenta a liberdade de criar coletivamente. Essa jornada, contudo, teve um início marcado pelo desafio de superar rótulos. Desde a infância, Lorena conviveu com a fama de ser “desengonçada”, recebendo risadas por seu jeito de se mover. O cenário mudou



Formação no Centro de Teatro do Oprimido (CTO), 2018, Lapa, RJ

quando ela encontrou o Instituto Bacai, um coletivo que valoriza a diversidade de corpos e a criação a partir de experiências pessoais.

Ali, o que era motivo de “chacota” social transformou-se em potência artística. No palco, ela descobriu que todo corpo que se move com intenção pode dançar, e que todo ser humano é um criador. “O que você tem de potência, às vezes, é o que é criticado socialmente. É preciso transformar o que era alvo de chacota em alvo de criação”, afirma Lorena. Essa necessidade pulsante de expressão levou-a de volta ao teatro, retornando ao

palco do Basileu França — instituição que ela considera fundamental em sua trajetória inicial. Foi lá que, no final de 2025, ela protagonizou uma peça marcante, consolidando seu retorno às artes cênicas. “Foi algo muito significativo. Você se ver protagonista da própria cena... esse palco é seu, esse solo é seu. Foi algo muito marcante no meu ano”, relembra.

Teatro das Oprimidas: a arte como ato político

Uma das maiores “viradas de chave” na vida de Lorena foi o encontro, em 2011, com o Teatro do Oprimido, metodologia de Augusto Boal. O teatro deixou de ser apenas uma linguagem estética para se tornar uma ferramenta de intervenção social. Lorena buscou especialização no Centro de Teatro do Oprimido (CTO), no Rio de Janeiro, onde realizou formações intensas com apresentações diretas para o público, bebendo da fonte dos colaboradores diretos de Boal.

Coreografia solo e autoral na Mostra Bacai Dance Experience, 2025, UFG



Espetáculo Borandá, 2025, Teatro da Escola Basileu França

Essa bagagem atravessou fronteiras. Lorena levou as técnicas do “Teatro das Oprimidas” para apresentações na Argentina e na Bolívia, utilizando a cena para denunciar e debater opressões de gênero e estruturas de poder que recaem sobre o corpo da mulher. Para ela, o teatro é um ensaio para a revolução na vida real, permitindo que temas complexos sejam abordados de forma pedagógica e transformadora.

Sinergia na Gestão: o comitê da mulher

Atualmente, toda essa bagagem estética e política encontra um ponto de convergência fundamental na AGR: o Comitê da Mulher e da Diversidade. Lorena percebe que sua experiência com o teatro político e sua visão geográfica somam-se diretamente ao trabalho do comitê, ajudando a pensar políticas públicas voltadas para corpos marginalizados sob uma ótica de interseccionalidade. Ela utiliza a sensibilidade artística para humanizar a tratativa com o usuário e para fortalecer a cultura organizacional da agência, especialmente na resolutiva de conflitos.

Lorena Patrícia de Oliveira é a prova viva de que a identidade do servidor público pode e deve ser multifacetada. Ela é a técnica que analisa redes de saneamento e a artista que investiga a cartografia dos afetos; a geógrafa que fiscaliza o território e a bailarina que redescobre a força do próprio movimento. Ao equilibrar esses “vários eus”, ela cuida de sua saúde mental e bem-estar e também enriquece a qualidade do serviço prestado à sociedade goiana.

Como ela mesma conclui, é vital manter a multiplicidade acesa, mesmo diante do individualismo e da correria das grandes cidades: “Às vezes, as pessoas me veem e pensam: como essa pessoa que está ali de uniforme, que vai no meio do mato ver uma estação de tratamento, em outro momento está fazendo outra coisa completamente diferente? Mas eu penso que é importante ser múltiplo. A Lorena de hoje não é a mesma de amanhã”. No fim das contas, a servidora que fiscaliza e a artista que atua bebem da mesma fonte: o desejo inabalável de transformar a realidade através do diálogo e do reconhecimento do outro.

Por: Michael Deus

AGR e CRC-GO orientam servidores sobre regras e novidades na declaração de IR

Gerência de Contabilidade apresenta novidades do IRPF, tira dúvidas sobre patrimônio e orienta colaboradores a como declararem com segurança

A Agência Goiana de Regulação (AGR), por meio de sua Gerência de Contabilidade, promoveu, no dia 26 de março, palestra para instruir os servidores sobre as regras e as novidades da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2026. O evento contou com a parceria do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-GO). O presidente da AGR, Wagner Oliveira Gomes, participou do evento.

A apresentação foi conduzida pelo vice-presidente de Registro do CRC-GO, Francisco de Assis. Ele detalhou os critérios de obrigatoriedade para este ano, citando os contribuintes com rendimentos tributáveis acima de R\$ 35.884 ou que possuam bens e direitos superiores a R\$ 800.000. Para evitar erros, a principal recomendação foi o uso da declaração pré-preenchida, acessível para quem possui conta no portal Gov.br com nível prata ou ouro.

Dúvidas sobre patrimônio ganharam destaque. Francisco de Assis explicou que não é permitido atualizar o valor de imóveis na declaração sem a devida comprovação de gastos com reformas por meio de notas fiscais. Em caso de venda, o contribuinte pode garantir isenção do imposto sobre ganho de capital se reinvestir o valor total em outro imóvel residencial no Brasil no prazo de 180 dias. Outros pontos abordados incluíram o sistema Receita Saúde, que reduziu as quedas na malha fina por despesas médicas, e a obrigatoriedade de declarar ganhos com apostas esportivas (“bets”) acima de R\$ 28.000.

Sobre as restituições, uma novidade de cunho social apresentada foi o “Cash Back” da Receita: cidadãos isentos que tiveram imposto retido na fonte receberão a devolução automática via Pix até o dia 15 de julho. Além disso, contribuintes que optam pelo modelo completo podem destinar até 6% do imposto devido para fundos sociais voltados à criança, ao adolescente e ao idoso, sem qualquer custo adicional.

Ao final do encontro, o gerente de Contabilidade da AGR, Allan Palmer Coelho Ferreira, ressaltou a importância da iniciativa para desmitificar o tema e mudar a percepção sobre a declaração. “Trazer esse tipo de

palestra para os servidores amplia a visão de quem está fazendo a declaração, fazendo com que deixe de ser vista apenas como uma obrigação e passe a ser enxergada como uma oportunidade para planejamento tributário pessoal e contribuição para o social”, destacou.

O gerente também reforçou o papel do profissional da área contábil na rotina dos cidadãos: “É positivo trazer esse tipo de iniciativa para mostrar que o contador é, antes de tudo, um profissional de auxílio e orientação, considerando o atual cenário de mudanças, em decorrência da reforma tributária”, declarou.

Encerrando a programação e deixando um recado aos participantes, o vice-presidente de registro do CRC-GO, Francisco de Assis, celebrou a parceria com a agência e a missão da entidade. “Como profissionais, temos o dever de levar à sociedade um conhecimento claro, simples e direto, não necessariamente técnico, mas bem direcionado, como é o caso de uma declaração de Imposto de Renda”, afirmou. “Esse é o dever do contador, e eu presto esse serviço com muito gosto e zelo, porque é uma pequena contribuição que posso oferecer à nossa sociedade”, concluiu o palestrante.

Foto: AGR



O palestrante Francisco de Assis com os colaboradores da AGR

AGR adere ao Programa de Estágio do Governo de Goiás com a PUC-GO

Serão disponibilizadas vagas em cinco diferentes áreas. Inscrições serão durante período letivo

Fotos: AGR



A Agência Goiana de Regulação (AGR) vai ampliar o número de estagiários a partir do Programa de Estágio Obrigatório do governo estadual para estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). O objetivo é fortalecer áreas estratégicas da autarquia e proporcionar oportunidades aos estudantes para complementarem o aprendizado na prática, contribuindo para a formação acadêmica, técnica e cidadã dos jovens.

Na AGR, a nova modalidade de estágio, obrigatório, se soma a três outras formas de seleção para estágios, que são: uma primeira com seleção própria, via Instituto Promover Iphac; outra via Secretaria de Administração (Sead); e outra via ProBem, da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), todas com remuneração.

Para o cumprimento de estágio obrigatório na AGR no primeiro semestre de 2026, os estudantes interessados poderão se inscrever para as áreas de Economia, Engenharia Elétrica, TI, Contabilidade e Gestão Ambiental. O programa tem ciclo semestral, podendo surgir vagas em outras áreas no segundo semestre letivo.

O Programa de Estágio do Estado de Goiás visa proporcionar aos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino a oportunidade de vivenciar a prática profissional em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, em conformidade com os conteúdos curriculares de seus cursos. O termo de cooperação entre o Governo e a PUC-GO foi assinado em março do ano passado e reúne vários órgãos da administração pública estadual a partir de adesão ao programa.

O gerente de Gestão Institucional, Alexandre Ferraz, recepcionando novos colaboradores da AGR

Gestão de estagiários

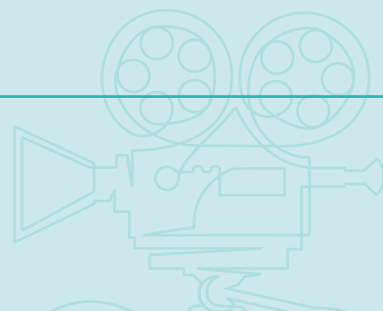
O gerente de Gestão Institucional da AGR, Alexandre Ferraz, e a coordenadora de Capacitação daquela gerência, Thaís de Freitas Camilo, participaram, em dezembro, de uma reunião com a Sead e representantes de outros órgãos. O objetivo da Sead foi apresentar o Programa de Estágio Obrigatório e alinhar procedimentos, responsabilidades e fluxos de trabalho referentes à gestão dos estagiários no âmbito institucional, num processo integrado e eficaz de acompanhamento dos jovens nas instituições públicas.

Conforme ressaltou o gerente Alexandre Ferraz, a AGR tem uma forte inclinação ao programa de estágios, entendendo que se trata de um campo fértil para o Estado e para o enriquecimento profissional dos jovens universitários.

Para a seleção dos estudantes, a Sead leva em conta a matrícula e frequência regular do educando; celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Com o programa, o Governo proporciona a chance de estágio obrigatório em diversas áreas, contribui para a formação acadêmica dos estudantes, integra teoria e prática com atividades supervisionadas, desenvolve competências profissionais, estimula a responsabilidade social e ética no exercício profissional e promove a cooperação entre Governo, instituições de ensino e estudantes.

AGR na Mídia



No dia 13 de março, o presidente Wagner Oliveira Gomes concedeu entrevista ao jornalista Libório Santos, na Sala de Visitas da Associação Goiana de Municípios (AGM), após visita de cortesia ao presidente da entidade, José Délio. Na entrevista, o presidente Wagner falou de assuntos de interesse dos municípios, como o transporte intermunicipal de passageiros, que teve dois editais de chamamento público neste ano para atração de investidores em linhas desassistidas e em linhas atendidas por apenas uma empresa.



O ouvidor setorial Francisco Vieira de Macedo foi entrevistado pela equipe de reportagem da TV Mais Canedo, durante edição do programa Goiás Social em Senador Canedo, no dia 25 de março. Ele ressaltou a importância do trabalho itinerante da Ouvidoria da AGR que leva orientações e informações aos usuários dos serviços regulados nas próprias localidades. Dentre as informações, Francisco destacou a gratuidade para pessoas idosas e com deficiências no transporte intermunicipal, benefício que a AGR fiscaliza em todo o estado.



Em 13 de fevereiro, o coordenador de Inteligência Fiscalizatória da AGR, Pedro Quermes, participou de entrevista coletiva no Terminal Rodoviário de Goiânia, durante o lançamento da campanha da Polícia Rodoviária Federal (PRF), para a conscientização dos usuários do transporte intermunicipal de passageiros sobre a necessidade de proteção da criança e do adolescente contra abuso sexual e abuso infantil, divulgando o Disque 100 para denúncias.



No dia 28 de março, o esforço da equipe da Ouvidoria da AGR também foi destaque em reportagem da TV Brasil Central, no evento do programa Goiás Social na cidade de Trindade. O ouvidor Francisco Vieira de Macedo concedeu entrevista para reforçar o papel da AGR na melhoria da qualidade dos serviços de saneamento, energia e transporte intermunicipal, além de promover a escuta eficiente dos usuários.



AGR